

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GIOVANNA EBERLE BISCOTTO

GIOVANNA ZELA DAS NEVES

**EMPREENDEDORISMO NA RESSOCIALIZAÇÃO DE MULHERES NO SISTEMA
PENAL: ESTUDO DE CASO DO PROJETO MEL DA UFPR**

MATINHOS

2025

GIOVANNA EBERLE BISCOTTO

GIOVANNA ZELA DAS NEVES

EMPREENDEDORISMO NA RESSOCIALIZAÇÃO DE MULHERES NO SISTEMA
PENAL: ESTUDO DE CASO DO PROJETO MEL DA UFPR

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em 30 de junho de 2025, Setor do Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito final à obtenção do título de Bacharel em Gestão e Empreendedorismo.

Orientadora: Prof. Dra. Cinthia Maria de Sena Abrahão.

MATINHOS – PR
2025

TERMO DE APROVAÇÃO

GIOVANNA ZELA DAS NEVES

GIOVANNA EBERLE BISCOTTO

EMPREENDEDORISMO NA RESSOCIALIZAÇÃO DE MULHERES NO SISTEMA
PENAL: ESTUDO DE CASO DO PROJETO MEL DA UFPR

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação de Gestão e Empreendedorismo em 30 de junho de 2025, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito final à obtenção do título Bacharel em Gestão e Empreendedorismo.

Prof. Dra. Cinthia Maria de Sena Abrahão
Orientadora(o), Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

DEDICATÓRIA

Às mulheres que enfrentam a dor e a exclusão e, ainda assim, escolhem recomeçar. Que este trabalho seja um reflexo do potencial de transformação que nasce quando as mulheres se unem. Sonhamos que em um futuro próximo, trabalhos como este não sejam mais necessários. Que nunca lhes falte voz, vez e dignidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, fonte inesgotável de amor, sabedoria e inspiração, conscientes do privilégio dessa conquista, agradecemos a oportunidade de chegar até aqui.

À Universidade Federal do Paraná, com destaque ao Setor Litoral, pela formação de qualidade, que foi essencial para nosso crescimento pessoal e profissional. Agradecemos, em particular, ao curso de Gestão e Empreendedorismo, que nos instigou a desenvolver uma visão crítica, estratégica e inovadora diante dos desafios do mundo. Nosso reconhecimento também vai a todos os professores, em especial à nossa orientadora Dra. Cinthia Maria de Sena Abrahão, que com dedicação e paciência contribuíram para a construção da nossa trajetória acadêmica.

Expressamos nossa gratidão ao Projeto MEL e a equipe do CIS que nos acolheram com entusiasmo, proporcionando não apenas uma rica base de conhecimentos e dados, mas também experiências práticas valiosas, nos apoiando com generosidade ao longo deste trabalho. Agradecemos e parabenizamos, em especial, Maria Rita Taques Michalski, pelo compromisso e dedicação demonstrados ao longo de todo processo. Reconhecemos o papel fundamental que desempenha na transformação de vidas e na promoção da dignidade de mulheres em situação de vulnerabilidade. Sua liderança à frente do MEL é inspiradora, sendo um exemplo de como o engajamento ético e humano pode gerar impactos concretos e positivos na sociedade.

Agradecemos também aos nossos colegas, de forma especial ao Marcelo Brasília, cujo companheirismo foi fundamental para nossa trajetória acadêmica.

De forma particular, eu Giovanna Eberle Biscotto, agradeço à minha família, aos meus pais, Robison Luis Biscotto e Giselle Cristine Eberle, por sonharem os meus sonhos, por acreditarem em mim e por me ensinarem, com o exemplo, o valor da dedicação e da persistência. À minha irmã, Bruna Eberle Biscotto, por ser minha companheira e por me oferecer sempre seu apoio. Por fim, agradeço a pessoa com a qual escolhi compartilhar a vida, Robson Ferreira de Souza.

Eu, Giovanna Zela das Neves, agradeço aos meus pais, Claudio e Elizandra, que fizeram o possível e o impossível pela minha formação e que sempre me rodearam de apoio e amor. Meu pai, que durante oito meses nos transportou, a mim e dois amigos, entre Paranaguá e Matinhos, todos os dias, incansavelmente, para que continuássemos estudando mesmo em condições adversas. Minha mãe, responsável pela minha alfabetização e que desde a minha infância priorizou a minha educação e plantou em mim a paixão pelo estudo. Ao meu companheiro de vida, Guilherme, que por muitas vezes não me deixou desistir, me aconselhou e foi um alicerce nessa trajetória. Aos meus avós e familiares que nunca me desampararam e aos amigos que tornaram o percurso mais leve e prazeroso. Vocês todos foram essenciais para a realização deste sonho.

Por fim, dedicamos um agradecimento a todas as mulheres que com coragem e resiliência, inspiram a construção de um mundo mais justo. Mulheres que lutam, sonham e realizam, abrindo portas mesmo diante de tantos desafios. Que este trabalho seja reflexo da força e do potencial transformador que cada mulher carrega em si.

*Eu sou porque nós somos. E ser mulher é também carregar a história de
todas que vieram antes de nós*

(Conceição Evaristo)

RESUMO

Sabe-se que a população carcerária feminina vem aumentando nos últimos anos no Brasil. Os desafios enfrentados pelas mulheres dentro das penitenciárias são diversos, principalmente quando são levadas em consideração características femininas como a maternidade e questões de higiene. Nesse contexto, tornam-se necessárias iniciativas que visem suas necessidades e o investimento em sua reinserção na sociedade e no mercado de trabalho. É com esse propósito que atua a Jornada de Desenvolvimento Pessoal, atualmente articulada através do projeto Mulheres Empreendedoras e Líderes (MEL) da Universidade Federal do Paraná. O MEL é um projeto de extensão da UFPR, que desde 2019 busca articular uma rede de mulheres por meio de cursos e rodas de conversa sobre temas como a posição da mulher na sociedade e a saúde física e emocional. A Jornada de Desenvolvimento Pessoal é um projeto que existe desde a década de noventa, já foi realizada com diferentes públicos e atualmente ocorre dentro e fora das penitenciárias da região metropolitana de Curitiba-PR, voltada a mulheres em processo de reintegração. Além de trabalhar a saúde emocional e a autoestima, é preciso prepará-las para a reinserção na sociedade após o período recluso, incluindo a geração de renda e o trabalho. Assim, esta pesquisa teve por objetivo compreender, a partir de um estudo de caso do Projeto MEL, o papel do empreendedorismo em projetos de ressocialização de egressas e pré-egressas do sistema carcerário. A pesquisa é de natureza qualitativa e utilizou como fontes entrevistas com a coordenadora do Projeto MEL e com a diretora do CIS (Centro de Integração Social), análise documental de registros do projeto e a observação participante das autoras durante o planejamento e início da Jornada de 2025. Os resultados apontam a relevância dos projetos de ressocialização e o potencial do empreendedorismo, especialmente o de base social, como alternativa de geração de renda. Em articulação com os princípios da economia solidária, essas ações fortalecem redes de apoio e oferecem novas perspectivas de futuro para essas mulheres.

Palavras-chave: Projeto MEL; Reinserção social; Empreendedorismo social; Economia solidária.

ABSTRACT

It is known that the female prison population has been increasing in recent years in Brazil. The challenges faced by women inside penitentiaries are diverse, especially when feminine characteristics such as motherhood and hygiene issues are taken into account. In this context, initiatives that target their needs and investment in their reintegration into society and the job market become necessary. It is with this purpose that the Personal Development Journey operates, currently organized through the Women Entrepreneurs and Leaders (MEL) project of the Federal University of Paraná. MEL is an extension project of UFPR, which since 2019 has sought to organize a network of women through courses and discussion groups on topics such as the position of women in society and physical and emotional health. The Personal Development Journey is a project that has been in existence since the 1990s, has been carried out with different audiences and currently takes place inside and outside penitentiaries in the metropolitan region of Curitiba-PR, aimed at women in the process of reintegration. In addition to working on emotional health and self-esteem, it is necessary to prepare them for reintegration into society after their period of incarceration, including income generation and work. Thus, this research aimed to understand, based on a case study of the MEL Project, the role of entrepreneurship in resocialization projects for women who have been released from prison and who were about to be released from prison. The research is qualitative in nature and used as sources interviews with the coordinator of the MEL Project and the director of the CIS (Social Integration Center), documentary analysis of project records, and participant observation by the authors during the planning and start of the 2025 Journey. The results point to the relevance of resocialization projects and the potential of entrepreneurship, especially social-based entrepreneurship, as an alternative for generating income. In conjunction with the principles of the solidarity economy, these actions strengthen support networks and offer new future prospects for these women.

Keywords: MEL Project; Social reintegration; Social entrepreneurship; Solidarity economy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	PRIMEIRA REUNIÃO DO PROJETO MEL	34
FIGURA 2	ENCONTRO DO PROJETO MEL NA ILHA DA COTINGA	35
FIGURA 3	OFICINA DE MEDITAÇÃO PARA MULHERES	36
FIGURA 4	FACHADA DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (CIS)	38
FIGURA 5	PRIMEIRO DIA DA JORNADA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL NO CIS	43

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 EMPREENDEDORISMO	16
2.2 EMPREENDEDORISMO FEMININO	18
2.3 EMPREENDEDORISMO SOCIAL	20
2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA	23
3. METODOLOGIA	29
3.1 ANÁLISE DE DOCUMENTOS	29
3.2 ENTREVISTA	30
3.3 OBSERVAÇÃO	31
4. RESULTADOS	33
4.1 HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO DO PROJETO MEL	33
4.1.1 CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (CIS)	37
4.1.2 JORNADA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL PARA EGRESSAS E PRÉ EGRESSAS DO SISTEMA CARCERÁRIO	41
4.2 EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA INCORPORADOS AO PROJETO MEL	45
4.3 DESAFIOS DO PROJETO MEL	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
6. REFERÊNCIAS	54
7. APÊNDICES	59

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CIS - CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

CLT - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ITCP - INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES

MEL - MULHERES EMPREENDEDORAS E LÍDERES

MJSP - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO

PPL - PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

PROEC - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

RELIPEN - RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES PENAIS

RMC - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

1. INTRODUÇÃO

O trabalho é central nas sociedades modernas ocidentais e faz parte do cotidiano dos indivíduos, moldando as relações sociais, o contexto econômico e a cultura. Para além da subsistência, o trabalho influencia na formação da identidade dos indivíduos, nos relacionamentos sociais, nas dinâmicas familiares e proporciona também o desenvolvimento de habilidades.

O empreendedorismo, por sua vez, pode ser compreendido como uma modalidade de trabalho que visa a criação e gestão de negócios. Apesar de ter como principais características o desenvolvimento, inovação e a disposição de assumir riscos, no Brasil há possibilidades de empreender que envolvem menos burocracia e investimento financeiro. Levando em consideração o desemprego estrutural e a dificuldade de determinados públicos em conseguir trabalhos formais regidos pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), o empreendedorismo pode tornar-se uma alternativa de trabalho visando a geração de renda e sobrevivência.

Mesmo que o tema tenha relevância, ainda há escassez de investigações que abordem de forma aprofundada a realidade vivida por mulheres em situação de privação de liberdade. Sabe-se que são inúmeras as dificuldades encontradas por elas dentro e fora das penitenciárias, desde o não conhecimento das políticas públicas, o abandono familiar, a falta de notícias dos filhos, a falta de acesso a itens de higiene e a dificuldade de ressocialização na sociedade após o cumprimento da pena. A fragilização das relações familiares torna o processo do cárcere feminino ainda mais complexo. O abandono familiar é comum principalmente com as mulheres encarceradas, pois o papel do cuidado é historicamente associado à figura feminina, e quando estas precisam de cuidados muitas vezes se veem sozinhas. A maternidade também é um dos motivos que causa sofrimento para as mulheres encarceradas, por conta da distância dos filhos, da preocupação e da saudade (Altero; Costa; Lopes, 2020).

Uma pesquisa realizada pelo *Institute for Crime & Justice Policy Research* (ICPR) em 2023 revelou que o Brasil apresenta a terceira maior população carcerária feminina do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Esse levantamento, realizado em 2021, indica cerca de 40 mil mulheres

encarceradas. Nos últimos anos, o país apresentou um crescimento exponencial desses números, quadruplicando essa população em apenas 20 anos (ICPR, 2023).

De acordo com o *Relatório de Informações Penais* (RELIPEN), dados relativos ao primeiro semestre de 2024, apontam que o Paraná possui a terceira maior população carcerária feminina do Brasil, com 2.242 mulheres, ficando atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais. Esses dados demonstram a pertinência dos problemas relacionados à população carcerária feminina, pois se o número está aumentando, são necessárias ações e políticas públicas voltadas a essas mulheres (RELIPEN, 2024).

Segundo o RELIPEN (2024), o Brasil apresenta um déficit de 174.436 vagas no sistema carcerário. Ainda de acordo com o relatório, a população carcerária feminina é de 28.770 mulheres, das quais 212 são gestantes e 117 lactantes. Sendo assim, não há espaço no sistema penal para a quantidade de pessoas encarceradas. Levando em consideração a população carcerária feminina, a complexidade é ainda maior, pois as mulheres possuem necessidades fisiológicas e de higiene diferentes das masculinas (RELIPEN, 2024).

Em paralelo, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que no terceiro trimestre de 2024 havia cerca de 7 milhões de pessoas desempregadas no Brasil e a taxa de desemprego estava em 6,4%. Esses dados demonstram que o desemprego é um problema no país, afetando a economia, as relações sociais e a qualidade de vida das pessoas. A realidade enfrentada pelas mulheres egressas é ainda mais delicada, pois além de enfrentar o estigma e a dificuldade de reinserção na sociedade, há ainda a desigualdade de gênero no mercado de trabalho (IBGE, 2024).

Frente a isso, a presente pesquisa consiste na proposição de um estudo de caso do Projeto MEL (Mulheres Empreendedoras e Líderes), o qual trata-se de um projeto de extensão da UFPR (Universidade Federal do Paraná), integrado à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), que realiza ações em prol do público feminino, especialmente mulheres em processo de reinserção após o cumprimento de pena privativa de liberdade. Por meio das Jornadas de Desenvolvimento

Pessoal¹, o Projeto atua junto a mulheres egressas e pré-egressas do sistema penal paranaense, também chamadas de PPL (Pessoa privada de liberdade). As Jornadas têm como objetivo promover o fortalecimento emocional e preparar essas mulheres para o retorno à sociedade, incluindo a capacitação profissional.

O propósito central desta pesquisa foi compreender como o empreendedorismo pode contribuir para a ressocialização de egressas e pré-egressas do sistema penitenciário, entendendo-o como uma ferramenta de transformação social. O recorte temporal da investigação empírica se estendeu entre janeiro e junho de 2025 e teve como objetivos específicos: conhecer a história do projeto MEL e de suas ações junto ao sistema penitenciário feminino da Região Metropolitana de Curitiba (RMC); identificar como o empreendedorismo social e a economia solidária contribuem para a efetivação do Projeto MEL; e analisar os desafios enfrentados pelo Projeto na atuação com esse público.

Esta pesquisa aborda os temas empreendedorismo, empreendedorismo feminino, empreendedorismo social e economia solidária, temas estes de extrema importância para a melhor compreensão do Projeto MEL (Mulheres empreendedoras e líderes) e da Jornada de Desenvolvimento Pessoal. O trabalho foi feito a partir de análise documental, entrevistas com os atores-chaves para o Projeto e a participação das pesquisadoras em encontros do Projeto MEL e durante a Jornada.

Os resultados da pesquisa foram organizados em três capítulos, de acordo com os objetivos específicos do trabalho. O primeiro trata da história e apresentação do projeto MEL, o segundo relata como o empreendedorismo social e a economia solidária são incorporados ao Projeto e o terceiro apresenta os principais desafios enfrentados pela iniciativa estudada.

Assim, este trabalho busca contribuir com a reflexão sobre os caminhos possíveis para a reinserção social de mulheres egressas e pré-egressas do sistema carcerário, evidenciando o papel transformador de iniciativas empreendedoras.

¹ A jornada de desenvolvimento pessoal, realizada pelo projeto MEL, aborda diferentes temas em palestras e atividades, durando em média nove meses, busca gerar valor e preparar emocionalmente as mulheres pré-egressas e apresentar apoio e possibilidades de geração de renda para as egressas. Dentre os temas abordados estão saúde mental, autoestima, planejamento pessoal, empreendedorismo e liderança. O objetivo é tornar essas mulheres confiantes e preparadas para a ressocialização na sociedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os principais conceitos acerca do papel do empreendedorismo, empreendedorismo feminino, empreendedorismo social e economia solidária, considerando sua relevância para trabalhos que visem a (re)inserção social de grupos como aquele no qual o Projeto MEL está focado. O referencial teórico é dividido nos seguintes subcapítulos: Empreendedorismo, empreendedorismo feminino, empreendedorismo social e economia solidária.

2.1 EMPREENDEDORISMO

Segundo o Sebrae PR (2024), o empreendedorismo: “Envolve inovação, identificação de oportunidades e a implementação de soluções que impactam positivamente a sociedade”. O empreendedorismo é uma força motriz da sociedade e gera transformação, além de estar atrelado à gestão de recursos, gestão de pessoas e plano de negócios.

Para Dornelas (2008, p.10), [...]

[...] o movimento do empreendedorismo no Brasil começou a tomar forma na década de 1990, quando entidades como Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) foram criadas. Além disso, praticamente não se falava em empreendedorismo e na criação de pequenas empresas.

A principal dificuldade de quem está iniciando um empreendimento é a falta de instruções sobre como começar e como administrar um empreendimento. O profissional pode ou não ter experiência no ramo do empreendedorismo e não precisa necessariamente ter habilidades inatas, o empreendedorismo pode ser ensinado e praticado. De acordo com Bernardi (2008), há várias circunstâncias que podem desenvolver um empreendedor, entre elas o empreendedor nato, o herdeiro, o funcionário da empresa, excelentes técnicos, vendedores, opção ao desemprego, desenvolvimento paralelo e aposentadoria. A opção ao desemprego também é considerada uma circunstância desenvolvedora do empreendedorismo.

A ideia de um empreendimento surge da observação, da percepção, e análise de atividades, tendências e desenvolvimentos, na cultura, na sociedade, nos hábitos sociais e de consumo. As oportunidades detectadas ou visualizadas, racional ou intuitivamente, das necessidades e das demandas prováveis, atuais e futuras, e necessidades não atendidas definem a ideia do empreendimento (Bernardi, 2008, p.63).

O empreendedorismo surge, na maioria dos casos, a partir da percepção de uma necessidade das pessoas, essa necessidade torna-se uma oportunidade. O empreendedor é um observador da realidade.

A concepção de um empreendimento, por vezes, nasce de habilidades, gostos e outras características pessoais, até mesmo por pessoas que não tiveram experiência com o ramo, inovando ou criando novas formas de negócio (Bernardi, 2008, p.63).

De acordo com Dornelas (2008, p.13), há duas definições para o empreendedorismo, o de oportunidade e o de necessidade, que se diferenciam no planejamento e na motivação para o ato:

A primeira seria o empreendedorismo de oportunidade, em que o empreendedor visionário sabe aonde quer chegar, cria uma empresa com planejamento prévio, tem em mente o crescimento que quer buscar para a empresa e visa à geração de lucros, empregos e riqueza. [...] A segunda definição seria o empreendedorismo de necessidade, em que o candidato a empreendedor se aventura na jornada empreendedora mais por falta de opção, por estar desempregado e não ter alternativas de trabalho.

Ainda de acordo com o autor, a primeira definição de empreendedorismo está atrelada ao desenvolvimento econômico, enquanto o empreendedorismo por necessidade é mais comum em países em desenvolvimento, como o Brasil. Nesses casos, os empreendimentos são criados informalmente e podem fracassar em um curto período (Dornelas, 2008).

De acordo com o Panorama de empreendedorismo feminino no Brasil (2024):

O empreendedorismo está no cerne da economia brasileira e o número de empresas ativas tem crescido, constantemente, ao longo do tempo. Ao fim do primeiro quadrimestre de 2024, 21,7 milhões de empresas estavam ativas no Brasil e, destas, 12,1 milhões eram Microempreendedores Individuais (MEI) (MAPA DE EMPRESAS, 2024). Verifica-se, assim, que a

estrutura dominante da atividade empreendedora no Brasil é formada por micro e pequenas empresas com poucos empregados ou nenhum.

As características econômicas e políticas do Brasil refletem diretamente no modelo de empreendedorismo recorrente no país. As microempresas surgem, na maioria dos casos, por necessidade, ou seja, para suprir as necessidades básicas do empreendedor e sua família. Quando um empreendimento surge através de uma necessidade, há pressa em ter lucro e conseqüentemente pouco tempo para planejar e estruturar uma empresa (Sebrae, 2021).

Além disso, são inúmeros os desafios enfrentados pelos empreendedores para iniciar e se manter no mercado, relacionados principalmente a falta de acesso a crédito e a falta de informações para lidar com a burocracia existente no país. Os desafios para empreender se tornam ainda maiores quando pensamos no empreendedorismo feminino e no empreendedorismo para grupos minoritários e historicamente excluídos da sociedade. O preconceito, a falta de representatividade e a rede de apoio limitada são algumas das barreiras enfrentadas.

2.2 EMPREENDEDORISMO FEMININO

O papel da mulher na sociedade evoluiu ao longo da história, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho. Apesar das mudanças, a desigualdade de gênero ainda é persistente na sociedade, colaborando para outras desigualdades, como a econômica e a social. Frente a isso, o empreendedorismo feminino surge como um instrumento de transformação, levando à inclusão econômica e social das mulheres (Jonathan; Silva, 2007).

Historicamente foi atribuído à mulher o papel de cuidar, seja da casa, dos filhos, do cônjuge ou de qualquer outro familiar que precise. Esse cuidado exige tempo e dedicação, tempo este que para o homem é destinado a atividades laborais. Nesse contexto, possui menos tempo para dedicar ao trabalho, ao estudo ou a um empreendimento. Nessas circunstâncias é comum haver dependência financeira feminina ou a sobrecarga quando esta opta por trabalhar. A dependência financeira faz com que muitas mulheres se submetam a relacionamentos abusivos, pois estas dependem do cônjuge para sua subsistência. Já a sobrecarga de precisar

trabalhar e suprir toda a demanda de cuidado da família, pode prejudicar a saúde mental das mulheres (Jonathan; Silva, 2007).

Segundo Rodrigues e Lopes (2023), as mulheres foram incluídas no mercado de trabalho de forma marginalizada, em postos de trabalho desvalorizados, com condições precárias. Além disso, eram vistas como concorrentes pelos trabalhadores homens. Apesar das mudanças sociais e da maior inserção da mulher no mercado de trabalho, a desigualdade de gênero ainda surge como barreiras para as mulheres que buscam evolução profissional e liberdade financeira (Rodrigues; Lopes, 2023).

De acordo com o Sebrae (2023), o empreendedorismo feminino descreve atividades empreendedoras lideradas por mulheres. Envolvendo a criação, desenvolvimento e gestão do empreendimento e pode ser tanto no próprio negócio como negócios dentro de outras empresas. O empreendedorismo feminino pode trazer uma nova perspectiva e abordagem para gestão de negócios, impulsionando o desenvolvimento econômico (SEBRAE, 2023).

Apesar das diversas barreiras ao seu crescimento, o empreendedorismo feminino e a participação feminina no mercado de trabalho são cada vez mais expressivas. Esse movimento tende a diminuir as desigualdades e abrir cada vez mais espaço para as mulheres, tanto para criarem suas próprias empresas quanto para trabalharem com carteira assinada.

Atualmente, o Brasil é o sétimo país com maior número de mulheres empreendedoras, segundo pesquisa publicada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2019), com dados levantados pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM), realizada com 49 nações. Totalizam mais de 24 milhões de brasileiras que desenvolvem negócios próprios, movimentando a economia e gerando empregos (Rodrigues, Lopes, 2023, p.17).

A característica que mais se destaca nesse âmbito diz respeito à habilidade das mulheres em criar e administrar empreendimentos em momentos de crise e dificuldades. Durante a pandemia do Covid-19, decorrente do vírus SARS-CoV-2, foi possível perceber o surgimento de empreendimentos femininos como uma alternativa frente aos desafios enfrentados no período. De acordo com o GEM

(*Global Entrepreneurship Monitor*) de 2020, 55,5% das empresas criadas durante a pandemia do covid-19, foram frutos do empreendedorismo feminino (GEM, 2020).

Além de contribuir para o crescimento da economia e para a criação de empregos, o empreendedorismo feminino transforma também as relações sociais. Quando mulheres alcançam a autonomia financeira, não precisam mais se submeter a relacionamentos abusivos e violentos, pois não dependem mais de terceiros para se sustentar (SEBRAE, 2021).

De acordo com o Panorama do Empreendedorismo feminino no Brasil, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o empreendedorismo feminino tem relação direta com o Objetivo de desenvolvimento sustentável 5 - Igualdade de gênero, da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. A pesquisa apresenta as prioridades das políticas públicas voltadas ao empreendedorismo feminino, que envolvem: ampliar o acesso a recursos financeiros, aumentar o equilíbrio entre vida familiar e profissional, ampliar o acesso a modelos, mentores e redes, ampliar o acesso à informação e tecnologia digital, reduzir a influência de fatores culturais, reduzir a informalidade e mitigar as desigualdades raciais (Brasil, 2024).

O empreendedorismo feminino é uma ferramenta de transformação social e traz inúmeros benefícios para a sociedade: dentre eles a independência financeira de mulheres, geração de empregos e rendas, crescimento econômico, inclusão social, empoderamento feminino, redução da desigualdade de gênero, entre outros. Entretanto, as mulheres lidam com inúmeras diferenças, seja de raça, econômica ou ligadas à escolaridade. Cada mulher é única e algumas são mais afetadas por desigualdades e, conseqüentemente, a condição empreendedora também é mais afetada. O contexto social afeta a realidade profissional.

2.3 EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O empreendedorismo social pode ser compreendido como uma vertente do empreendedorismo, com o foco voltado para questões sociais ao invés do lucro. Seu surgimento pode ser associado como uma resposta na busca por soluções para problemas sociais.

A história do empreendedorismo social se confunde com a popularização do terceiro setor. De acordo com Ashoka Empreendedores Sociais, o termo “terceiro setor” começou a ser utilizado nos anos 90 no Brasil para as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos. Anteriormente, a preocupação com as questões sociais e pessoas carentes se limitava a filantropia: “durante mais de três séculos a filantropia foi desenvolvida no Brasil sob a lógica da prática assistencialista, com predomínio da caridade cristã” (Ashoka, 2001, s.p.). Ao longo do tempo, a atuação do Estado na área social se intensificou, assim como o engajamento do setor privado.

A partir da década de 1990, empresas brasileiras e multinacionais iniciaram um processo de atuação na área social. A princípio, buscavam parcerias com as organizações da sociedade civil para juntas atuarem com maior eficiência e atingirem melhores resultados sociais. À medida que foram ganhando experiências e contato com a realidade social do país e com os projetos sociais, passaram a constituir suas próprias fundações empresariais, além de continuarem a atuar em parcerias (Ashoka, 2001, s.p.).

Nesse contexto, as ações sociais dependiam de apoio financeiro do Estado e de instituições privadas, regidas principalmente por organizações não governamentais (ONG) ou organizações da sociedade civil (OSC). De acordo com Wilians (2021), este cenário mudou a partir da possibilidade da criação de modelos de negócios nos quais o impacto social e o retorno financeiro caminham juntos. Apesar de ainda existir a relação de dependência de terceiros, começava a surgir um novo ecossistema de negócios, que gera impacto, mas é sustentado pela própria organização. Yunus (2010, p.20) define dois tipos de negócios sociais:

O primeiro é uma empresa com receitas e despesas equilibradas, sem perdas e sem dividendos, que se dedica a resolver um problema social. Seus proprietários são investidores que reinvestem todos os lucros na expansão e melhoria do negócio. [...] O segundo tipo é uma empresa com fins lucrativos de propriedade de pessoas pobres, seja diretamente ou por intermédio de um fundo destinado a uma causa social predefinida.

Sendo assim, os negócios sociais podem ou não ter fins lucrativos. O negócio é social porque gera transformação na sociedade ou busca solucionar um problema existente. Essa iniciativa pode partir de investidores que tenham interesses em

questões sociais, ou de pessoas pobres que visam o lucro, mas com um senso de comunidade, pensando no coletivo (Yunus, 2010).

Segundo Oliveira (2016), o Empreendedorismo Social é uma ação inovadora voltada para o campo social que surge a partir de uma situação-problema local, para a qual se procura uma solução. Rosolen, Tiscoski e Comini (2014) definem o empreendedorismo social por seu foco na criação de valor social e na inserção de inovações metodológicas, serviços ou produtos capazes de gerar uma transformação social. Já Weerawardena e Mort (2006) consideram o empreendedorismo social como um conceito multidimensional, cujo objetivo central é a geração de valor social.

Abordagens recentes na literatura acrescentam à definição do empreendedorismo social, como um modelo fundamentado em atitudes como inovação, proatividade e gestão de riscos, desenvolvendo um negócio sustentável orientado para cumprir missões sociais (Sandri; Junior; Pimentel; Teixeira, 2020). Nesse sentido, Oliveira, Oliveira, Silva e Aquino (2020) destacam que diferentemente do empreendedorismo tradicional, o empreendedorismo social busca transformar a realidade de comunidades carentes, melhorando a qualidade de vida em diversos aspectos, como saúde, alimentação, moradia, geração de trabalho e renda, lazer e recreação.

Apesar de todas as contribuições mencionadas, ao discutir o empreendedorismo social, segundo Weerawardena e Mort (2006), observa-se que o conceito ainda carece de uma estrutura teórica coerente e unificada, apresentando-se de forma fragmentada. Ainda que existam contribuições nacionais e internacionais, o termo permanece em construção (Oliveira, 2016).

O empreendedorismo social apresenta pelo menos cinco características que o distingue dos outros tipos de negócios. Em primeiro lugar, deve ser coletivo e integrado; deve produzir bens e serviços para a comunidade local; precisa ter foco na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades das comunidades; deve ter como medida de desempenho o impacto e transformação social; como premissa de suma importância deve visar o resgate de pessoas em situação de risco social e promover inclusão e emancipação social. Toda esta proposição diferencia-se do empreendedorismo tradicional fundamentalmente porque procura

elevar ao máximo os retornos sociais e não apenas maximizar os lucros (Oliveira, 2016).

Comparando a organização de uma empresa privada com um empreendimento social, é notório que os resultados esperados em uma empresa privada visam o lucro, enquanto no empreendimento social é o impacto social ou a subsistência. Segundo Ashoka (2001, s.p.), “diferentemente das empresas privadas, as organizações do terceiro setor não precisam apresentar superávit nas suas operações, uma vez que seu foco é a atuação social”.

Os que investem num negócio social podem definir o momento em que retirarão a quantia originalmente investida. Isso pode ocorrer depois de um período muito curto, como um ou dois anos, ou de um período muito longo, tanto quanto 50 anos ou mais. Mas se os investidores receberem qualquer quantia acima do investimento inicial, o empreendimento deixará de ser um negócio social (Yunus, 2010, p.20).

Os negócios sociais podem ser criados por investidores, mas priorizam o impacto social ao invés do lucro, pois mesmo que seja retirado dinheiro do negócio, não será uma quantia maior que a investida inicialmente. Os frutos dos negócios sociais são humanos e não econômicos. Segundo Yunus (2010, p.20): “A noção de vantagem financeira pessoal não tem lugar no mundo do negócio social”.

No âmbito deste estudo, o Projeto MEL configura-se como uma experiência concreta de empreendedorismo social, ao combinar ações de capacitação profissional e fortalecimento emocional de mulheres egressas e pré-egressas do sistema prisional com iniciativas voltadas à geração de renda e à inserção em redes de apoio. Essa articulação entre objetivos sociais e práticas empreendedoras demonstra o potencial desse modelo para favorecer processos de inclusão, ampliar a autonomia e transformar contextos historicamente marcados pela exclusão, alinhando-se aos princípios fundamentais do empreendedorismo social.

2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os altos índices de desigualdade social são um impasse histórico no Brasil. De acordo com Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase, 2023), durante a pandemia da Covid-19, decorrente do vírus SARS-CoV-2, houve um

aumento da desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres do país. As desigualdades promovem a exclusão social, dificultando o acesso de determinados públicos a boas políticas públicas, empregos, educação de qualidade e outras condições mínimas de vida (Ibase, 2023).

Na economia capitalista é destinado à grande parte dos indivíduos o papel de vender sua força de trabalho ao capital, que possui os equipamentos e investimentos necessários para deter os meios de produção. Entretanto, não há emprego para todos os trabalhadores, além disso, faltam políticas públicas que consigam chegar a todos os indivíduos que precisam.

Em resposta a esse problema crônico, Rangel e Monolescu (2012) observa que no início da década de 2010, na economia brasileira. [...]

[...] o crescente desemprego e as transformações no mercado de trabalho esta[vam] desencadeando uma forte expansão de novas alternativas de trabalho e renda. Um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção está se disseminando em todo o País e são representadas por diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários, e de diversas organizações populares no campo e na cidade, que compõem, em seu conjunto, a chamada Economia Solidária (Rangel; Manolescu, 2012).

Conforme a Agência Gov (2024), a economia solidária é um modelo econômico que visa promover a inclusão social e a geração de renda, como uma alternativa para enfrentar a desigualdade social e a exclusão econômica. Além da importância econômica, a economia solidária é pautada em valores como a solidariedade e a cooperação.

Historicamente, segundo Singer (2002), a economia solidária surgiu como uma resposta ao empobrecimento dos artesãos após a criação das fábricas na Revolução Industrial. Robert Owen foi uma figura importante no período, pois defendia a criação de cooperativas com base na igualdade e na solidariedade, suas idéias se difundiram pela Europa e surgiram os primeiros movimentos similares à economia solidária. A história da economia solidária se entrelaça com a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e com o movimento sindicalista. (Singer, 2002).

Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhoria salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão (Singer, 2002, p.29).

As primeiras cooperativas de economia solidária surgem a partir de greves e financiadas por sindicatos. Conforme Singer (2002), no início das cooperativas foram criados alguns princípios, que mais tarde se tornaram os princípios universais do cooperativismo. Entre os princípios está a definição de um voto por pessoa durante qualquer votação, independente de quanto a pessoa tivesse investido, qualquer pessoa poderia ser aceita na cooperativa, entre outros princípios relacionados à divisão de sobras, de lucros e vendas (Singer, 2002).

Sobre o surgimento da economia solidária no Brasil, a Agência Gov (2023) afirma:

No Brasil, a economia popular e solidária surgiu no final dos anos 80, quando trabalhadores começaram a se organizar coletivamente, por meio de cooperativas e associações, como resposta à crise econômica e ao desemprego em massa. Em 2003, pela primeira vez, esse modelo econômico foi incorporado como uma política pública no Governo Federal, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Dentre as iniciativas da Secretaria Nacional de Economia Solidária está o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol). Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego [s.d.], esse cadastro busca reconhecer os empreendimentos econômicos solidários existentes e facilitar o acesso desses empreendedores a políticas públicas.

Conforme o Ministério do Trabalho e Emprego [s.d.], os empreendimentos de economia solidária (EES):

São coletivos, compostos por três ou mais pessoas, vindas de duas ou mais famílias; possuem caráter associativo, ou seja, os próprios trabalhadores são sócios e administram o empreendimento; realizam atividades econômicas, seja a produção, a comercialização, o consumo coletivo, as finanças solidárias, etc; os membros exercem democraticamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a

partilha dos seus resultados. Os EES podem ter diferentes formas de organização, até mesmo a de grupos que ainda não se formalizaram.

A Lei Nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, cria o Sistema nacional de economia solidária e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil):

Art. 1º Esta Lei qualifica os empreendimentos de economia solidária, dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes) com vistas a fomentar a economia solidária e o trabalho associado e cooperativado (Brasil, 2024).

Por meio da elaboração de políticas públicas, o governo federal, na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2023-2026), retomou o fomento e apoio à Economia Solidária. O foco é o amparo à economia popular, por meio do processo de geração de trabalho e renda. Além disso, os empreendimentos de economia solidária passam a ser reconhecidos formalmente, como pessoas jurídicas sem fins lucrativos, garantindo direitos e buscando minimizar desigualdades sociais (Brasil, 2024).

Na configuração da Economia Solidária, tem-se um modo de produção em que é possível empreender com autonomia e união. A propriedade é coletiva, a liberdade é individual e o lucro é dividido igualmente. De acordo com Zazula (2012, p.165):

A economia solidária se caracteriza por práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza. Esta nova prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, o desenvolvimento comunitário, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com gerações futuras.

A economia solidária é pautada na igualdade e na coletividade. Na igualdade de direitos entre os que participam do empreendimento e na coletividade para a compra e venda dos insumos e materiais, além disso as decisões são tomadas em grupo. O objetivo é transformar os modos de produção tradicionais, diminuir as desigualdades sociais, além de apresentar outras condições de trabalho aos colaboradores, de caráter emancipatório (Gaiger, 2004).

À medida que se organiza e se integra, à economia solidária dá lugar a uma sociedade sem classes, cujo desenvolvimento é necessariamente incluyente, pois os empreendimentos solidários se beneficiam com a inclusão de novos sócios ou a criação de novos empreendimentos, respeitando-se suas margens de sustentabilidade (Zazula, 2012, p.165).

Como forma de disseminar a autonomia econômica, reduzir as desigualdades e fortalecer comunidades, a economia solidária torna-se um meio de incluir pessoas, sendo uma oportunidade para as mulheres egressas do sistema penal.

O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. (Singer, 2004, s.p.).

Associações e movimentos que envolvem a economia solidária com foco nas mulheres tornam-se importantes na luta contra as desigualdades sociais e de gênero. A exemplo, a Associação de mulheres da economia solidária e feminista de São Paulo é uma associação apenas para mulheres que aplica a economia solidária, feminista e antirracista, além de buscar a valorização das atividades domésticas e de cuidado, historicamente realizadas por mulheres, como parte integrante da economia. Durante a pandemia do covid-19, a associação realizou ações de arrecadação financeira visando ajudar as mulheres com uma quantia mensal. Atualmente, a associação organiza feiras de economia solidária para que as mulheres possam ofertar seus produtos e serviços (Sempreviva Organização Feminista, 2023).

A economia solidária, quando incorpora o debate feminista, pode ser compreendida como uma estratégia das mulheres para garantir as condições para reproduzir a vida com dignidade, ao mesmo tempo em que pode vir a possibilitar o reconhecimento social e cultural para sua construção enquanto sujeito político, contribuindo para a construção e o exercício da autonomia (Schwenck, 2024).

Além do desemprego e da exclusão social, determinados públicos sofrem ainda com outras formas de desigualdades e de preconceitos, com as pessoas privadas de liberdade.

Resistir aos desafios do cárcere, sobreviver ao sistema prisional e posteriormente, disputar com mulheres livres um lugar no mercado de trabalho aniquilam possibilidades e reduzem os índices de manutenção da liberdade conquistada após o cumprimento da pena imposta, reforçando o estigma que acompanha a constituição do denominado sujeito transgressor ou delinquente (Ribeiro, 2023, p. 10).

A economia solidária, além de uma alternativa de ocupação e geração de renda, representa autonomia para este público. Isso porque a economia solidária feminista faz um recorte social para mulheres, financeiramente vulneráveis e potenciais empreendedoras.

De acordo com Schwenck (2024), a autonomia não pode ser concebida de forma isolada, pois sua construção está diretamente ligada ao contexto coletivo. A liberdade individual é exercida a partir de um processo de constituição da autonomia, o qual se dá quando o sujeito está em um ambiente de convivência com outros. Nesse espaço coletivo, as trocas de experiências promovem reflexões individuais que influenciam diretamente as decisões e trajetórias pessoais. Assim, a formação do indivíduo ocorre em constante diálogo com o outro, evidenciando que a liberdade é um processo relacional. Dessa forma, a coletividade é uma condição indispensável para o exercício pleno da liberdade individual.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se como um estudo de caso, metodologia caracterizada pela análise aprofundada e detalhada de um ou poucos objetos, o que possibilita uma compreensão abrangente do fenômeno investigado (GIL, 2008). Classifica-se, ainda, como pesquisa de caráter exploratório e descritivo, uma vez que busca, simultaneamente, ampliar o conhecimento sobre a temática e descrever as características do objeto de estudo.

O objetivo geral consistiu em compreender de que forma o empreendedorismo pode contribuir para a ressocialização de mulheres egressas e pré-egressas do sistema penitenciário, concebendo-o como uma ferramenta de transformação social. Especificamente, pretendeu-se: (i) conhecer a trajetória do Projeto MEL e suas ações junto ao sistema penitenciário feminino da Região Metropolitana de Curitiba (RMC); (ii) identificar de que modo o empreendedorismo social e a economia solidária contribuem para a efetivação das ações do Projeto; e (iii) analisar os desafios enfrentados na atuação com esse público.

Para a análise dos dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo categorial proposta por Bardin (2011), articulada à triangulação de diferentes fontes e instrumentos: análise de documentos, entrevistas e observação. O processo analítico seguiu as três fases descritas pela autora:

1. Pré-análise: organização e sistematização do material coletado sobre o Projeto MEL, como relatórios, artigos científicos produzidos, fotos e vídeos. Seleção dos documentos mais relevantes para a pesquisa e identificação preliminar de padrões e similaridades.
2. Exploração do material: categorização dos conteúdos com base em suas semelhanças temáticas, como ações realizadas pelo MEL, jornadas de desenvolvimento pessoal já realizadas e ações em conjunto com o sistema penal. Extração de trechos representativos para serem utilizados na pesquisa;
3. Tratamento dos resultados e interpretação: realização da análise qualitativa e discussão acerca dos temas tratados nos materiais à luz do referencial teórico adotado ao decorrer da pesquisa.

A aplicação dessa técnica favoreceu a compreensão aprofundada do objeto estudado, permitindo a identificação de padrões, categorias e significados nas respostas das entrevistadas, bem como a análise integrada de diferentes tipos de dados. Essa abordagem possibilitou uma visão sistemática da trajetória do Projeto e das ações realizadas, garantindo maior rigor e confiabilidade aos resultados obtidos.

3.1 ANÁLISE DE DOCUMENTOS

A análise documental consistiu em um dos procedimentos adotados para análise de conteúdo, a partir da interpretação sistemática de documentos disponibilizados pelo Projeto MEL. Dentre eles estavam artigos científicos, relatórios de trabalho e dissertações produzidas a partir de experiências do Projeto, além de fotos e vídeos disponíveis nas redes sociais, plataforma YouTube e site oficial do MEL.

Conforme Yin (2003), a principal função dos documentos é confirmar e validar informações obtidas de outras fontes. Portanto, a escolha da análise de documentos justifica-se pela necessidade de compreender a história do Projeto MEL, suas atividades e desafios, tal como as ações realizadas junto ao sistema penitenciário.

Os documentos foram selecionados a partir dos seguintes critérios: autoria do próprio Projeto ou de pessoas que vivenciaram as ações realizadas, relevância para o tema de pesquisa e publicações realizadas a partir de 2019, período no qual houve o retorno das atividades do MEL.

3.2 ENTREVISTA

Na sequência, foi utilizada uma das mais importantes fontes de informação para um estudo de caso: a entrevista (YIN, 2003). As entrevistas tiveram como objetivo conhecer o Projeto MEL, suas ações junto ao sistema penitenciário feminino de RMC, compreender a Jornada de Desenvolvimento Pessoal e a relação do Projeto e da Jornada com o empreendedorismo e como este pode ser um instrumento de ressocialização para egressas e pré-egressas do sistema penitenciário.

De acordo com Gil (2008), a entrevista é uma técnica na qual o pesquisador, ao interagir diretamente com o entrevistado, realiza perguntas, com o objetivo de conseguir dados que sejam úteis à investigação. De caráter qualitativo, as

entrevistas possibilitaram maior flexibilidade nos diálogos, além de aprofundamento nos temas abordados, permitindo a captação de emoção das entrevistadas e o conhecimento de novas perspectivas pelas pesquisadoras.

As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, com base em roteiros contendo perguntas pré-definidas, mas com liberdade para explorar novos tópicos ao decorrer da entrevista. Essa modalidade foi escolhida levando em consideração os objetivos da pesquisa, que consistem em conhecer a história do Projeto MEL e as ações realizadas. A flexibilidade das entrevistas semi estruturadas permitiu o aprofundamento em questões antes não conhecidas pelas pesquisadoras.

A definição das entrevistas considerou o grau de aprofundamento necessário para a compreensão dos temas abordados. Optou-se por não incluir mulheres egressas ou pré-egressas do sistema penal, em razão da natureza sensível das questões tratadas e do potencial de desencadear reações emocionais adversas (“gatilhos”), o que poderia comprometer o bem-estar das participantes. Diante disso, foram selecionadas para entrevista a coordenadora do Projeto MEL, também idealizadora da Jornada de Desenvolvimento Pessoal, além da diretora do (CIS), responsável pela decisão de implementar a jornada no contexto do sistema penitenciário. Em ambas as entrevistas, as perguntas foram elaboradas com o propósito de aprofundar a compreensão acerca do Projeto MEL, da Jornada de Desenvolvimento Pessoal e do papel desempenhado pelo CIS nesse processo.

Maria Rita Michalski foi a escolhida para conceder a primeira entrevista. Netweaver do MEL, é atualmente a coordenadora e idealizadora da Jornada. O roteiro da entrevista foi formulado com 30 perguntas, incluindo questões relativa a: como iniciou e quais as principais ações do Projeto MEL, como surgiu a ideia de trabalhar com as egressas e pré-egressas do sistema penal, como funciona a Jornada de Desenvolvimento Pessoal e de que maneira se inserem os conceitos de empreendedorismo social e economia solidária dentro do Projeto MEL. A entrevista foi realizada em duas partes, através de chamadas de vídeo pelo aplicativo Microsoft Teams, com duração média de duas horas. As entrevistas foram gravadas com a autorização da entrevistada e posteriormente transcritas e analisadas (ver Apêndices 3 e 4).

A segunda entrevista foi realizada com a policial penal e diretora do Centro de integração social (CIS), Marilu Katia da Costa. O roteiro contou com quatro

perguntas, a partir das quais surgiram outras questões importantes que também foram abordadas pelas pesquisadoras no decorrer do diálogo. Foi realizada pessoalmente no CIS durante o primeiro dia da Jornada de Desenvolvimento Pessoal com as pré-egressas de 2025, com duração de 30 minutos e abordagem das seguintes questões: A importância do Projeto MEL na ressocialização das egressas e pré-egressas na sociedade, o nível de interesse das pré-egressas em projetos relacionados ao desenvolvimento pessoal e capacitação profissional, o papel do empreendedorismo social e da economia solidária na ressocialização dessas mulheres e as dificuldades encontradas por iniciativas como a do Projeto MEL dentro do CIS. A entrevista visou conhecer as ações do Projeto MEL do ponto de vista de uma representante do sistema penitenciário. A entrevista foi transcrita pelas pesquisadoras e posteriormente analisada.

3.3 OBSERVAÇÃO

Outra fonte de coleta utilizada neste estudo de caso, foi a observação, estruturada e participante, onde as pesquisadoras participaram de ações em conjunto com o Projeto MEL. Conforme Gil (2008), a observação participante “[...] consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada”.

O método foi escolhido para a melhor análise do objeto no ambiente em que está inserido e as interações entre os fenômenos estudados, tal como a atuação do Projeto MEL com as mulheres apenas dentro do ambiente penitenciário. De acordo com Marietto (2018, p.13), por meio da observação participante:

A pesquisa busca absorver as peculiaridades culturais desta comunidade por meio da apuração dos processos de interação social. Para esta absorção tentam-se sistematizar os comportamentos, costumes, crenças, além de outras dimensões e elementos culturais compartilhados pelos indivíduos.

Dentre as atividades analisadas estiveram a reunião para preparação da Jornada de Desenvolvimento Pessoal junto com demais integrantes do Projeto MEL e lideranças do sistema penitenciário do Paraná. Além da execução do início da Jornada dentro do sistema penitenciário, a apresentação do projeto para as

mulheres apenadas e o processo de cadastramento realizado pela equipe do Projeto MEL, ampliando a compreensão sobre o contexto e as dinâmicas envolvidas.

Para a observação participante durante o primeiro dia da Jornada de Desenvolvimento Pessoal no CIS foi preparado um roteiro de observação semiestruturado o qual listava os principais tópicos a serem observados, tais como: características do espaço físico, pessoas presentes e interações entre elas, atividades realizadas, comportamentos e emoções significativas, perfil das pré-egressas e o nível de interesse delas nas atividades. A observação participante permitiu que as pesquisadoras vivenciassem o objeto de estudo, possibilitando uma compreensão mais clara dos fenômenos.

4. RESULTADOS

Neste capítulo estão os resultados obtidos no decorrer da pesquisa a partir dos métodos descritos na metodologia. Os resultados foram organizados de acordo com os objetivos propostos, estruturados nos seguintes subcapítulos: Histórico e apresentação do Projeto MEL, incluindo o detalhamento sobre o CIS e sobre a Jornada de Desenvolvimento Pessoal para egressas e pré-egressas do sistema carcerário, empreendedorismo social e economia solidária aplicados ao MEL, além dos desafios enfrentados pelo projeto.

4.1 HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO DO PROJETO MEL

O Projeto MEL (Mulheres Empreendedoras e Líderes) começou em 2010 como um programa de extensão da UFPR (Universidade Federal do Paraná) para mulheres, com foco principal em líderes e empreendedoras. O objetivo era criar uma rede de mulheres empreendedoras do Paraná. Uma proposta apresentada pela PROEC (Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Paraná) à servidora técnica Maria Rita Michalski, que se tornou coordenadora do Projeto, e à professora Maria do Carmo Freitas, docente do curso Gestão da informação, que se tornou vice-coordenadora do MEL marcou o início das atividades do programa (Entrevista 1, 2025).

No início, o Projeto contava com voluntárias que durante as reuniões de planejamento expunham seus interesses para o trabalho do grupo. A partir desses temas eram organizados outros encontros e oficinas nas quais foram incluídas atividades e discussões relacionadas a yoga, meditação e visando o desenvolvimento dessas mulheres, com foco na saúde mental, e a criação de uma rede. Um marco importante dessa trajetória foi o primeiro evento realizado para a comunidade externa à Universidade: uma oficina de meditação para mulheres, ministrada por professores do Instituto Nanak Ashram de Kundalini Yoga e Desenvolvimento Integral² (Briefing MEL, 2022).

² Site do Instituto Nanak Ashram de Kundalini Yoga e Desenvolvimento Integral: <https://yogananak.com.br/>

Em 2019 o MEL foi registrado como projeto de extensão da universidade, integrado à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP UFPR), vinculada à Pró-reitora de Extensão e Cultura (PROEC). Nessa etapa, foi realizada uma primeira reunião, em 3 de julho de 2019, que contou com a participação de vinte mulheres que juntas criaram um espaço de diálogo sobre uma variedade de temas, desde saúde e qualidade de vida até trabalho e negócios (Entrevista 1, 2025)

FIGURA 1 – PRIMEIRA REUNIÃO DO PROJETO MEL



Fonte: Ana Pasdiora (2019).

O segundo encontro do MEL foi realizado em parceria com o Programa de Pós-graduação ANE (Alternativas para uma Nova Educação), em 2019. Aconteceu em um território de saberes ancestrais, na Escola Estadual Indígena Pindoty, localizada na Ilha da Cotinga, em Paranaguá-PR (Ver figura 2). Ali, mulheres com diferentes vivências e culturas se reuniram para conversar sobre o que é ser mulher em contextos tão diversos (Ver Figura 3). Foram realizadas rodas de conversas com as lideranças indígenas e com profissionais sobre a saúde feminina. A reverberação positiva do encontro foi tão significativa, que ele voltou a ocorrer, no mesmo ano, na Terra Indígena Mangueirinha na Aldeia Palmeirinha do Iguaçu - Chopinzinho – PR e ficou conhecido como MBO'Y (cujo significado em Guaraní é proteção, fortalecimento) - um nome que traduz perfeitamente o espírito do encontro — em

que o protagonismo feminino indígena foi celebrado, discutido e reconhecido em sua dignidade e potência (MEL, 2022).

FIGURA 2 - ENCONTRO DO PROJETO MEL NA ILHA DA COTINGA



Fonte: Maria Julia Denega (2019).

Em 2020, a pandemia do Covid-19, tornou necessário o isolamento social para evitar a proliferação do vírus. Essas condições impactaram o Projeto MEL e a forma de realização das atividades. Nesse período, o projeto já contava com oito alunos bolsistas, que contribuíram na adaptação do projeto ao ambiente virtual. O projeto conseguiu alcançar centenas de mulheres de forma remota, foram cerca de 300 inscrições para realizar as meditações *online*, o que buscava combater o mal-estar, a ansiedade e a irritação durante o isolamento social. Foram realizadas atividades que permitiram oferecer suporte emocional, tornando-se um espaço de acolhimento, escuta e fortalecimento feminino (Entrevista 1, 2025).

Dentre as inúmeras ações, o Projeto fez parte da gestão do I Seminário Internacional sobre Violência, Tecnologias e Saúde no contexto do Coronavírus (COVID-19), realizado por meio da parceria entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade de Málaga (UMA) – Espanha. O objetivo do seminário foi discutir os impactos da pandemia do Covid-19 em diversas áreas, como saúde, educação e tecnologia (MEL, 2021).

A equipe MEL ficou responsável pela criação da identidade visual, plano de marketing, divulgação e transmissão pelo Facebook das atividades do Seminário. O evento durou três dias e ocorreu de forma remota, sendo transmitido ao vivo pelas redes sociais e pela plataforma do YouTube. Especialistas de diferentes áreas falaram sobre suas experiências e expertise. Foram abordados temas importantes para a comunidade científica, principalmente no momento pandêmico, além do alcance orgânico de pessoas, pela transmissão do Facebook, chegando a 1800 pessoas no primeiro dia (MEL, 2021).

Superada a condição crítica e restritiva imposta no período pandêmico, foram realizadas algumas ações de capacitações e grupos de estudo com as alunas da UFPR, Yoga presencialmente (Ver figura 3), além da produção de artigos e relatos das ações realizadas pelo projeto. O projeto MEL se adaptou de acordo com o público, buscando sempre abordar temas de interesse e que estivessem de acordo com as necessidades do grupo de mulheres participantes. Nesse contexto, também contribuiu com projetos de geração de renda relacionados à Rede Libersol (Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana) e a Associação de Modistas de Curitiba, que possui atuação em Araucária-PR. A ação ocorreu na comunidade Nossa Senhora da Luz, a partir de cursos de modelagem, corte e costura, com certificado. Essas ações, com foco no empreendedorismo social e cooperativismo, visam a geração de renda, tão importante para as mulheres dessa comunidade (Entrevista 1, 2025).

FIGURA 3 - OFICINA DE MEDITAÇÃO PARA MULHERES



Fonte: Projeto MEL (2019).

Desde o ano de 2021, o MEL passou a atuar com a oferta de um programa de capacitação e trabalho voltado para a autoestima feminina. Intitulado de Jornadas, sua oferta tem ocorrido no ambiente prisional em decorrência da parceria com o Centro de Integração Social (CIS). Desde então, o projeto impactou diretamente mais de 350 mulheres e, considerando a influência sobre seus núcleos familiares, estima-se um alcance indireto de aproximadamente 1.500 pessoas (Entrevista 1, 2025).

4.1.1 CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (CIS)

É de conhecimento que toda detenta deve cumprir a pena imposta pela justiça. No entanto, a execução penal não deve se limitar a punição, mas também representar uma oportunidade de reintegração à sociedade de forma equilibrada, ou seja, com dignidade, respeito e capacidade de viver dentro das regras sociais. Nesse sentido, o Art. 1º da Lei de Execução Penal Nº 7.210, DE 11 de julho de 1984, estabelece:

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

O Centro de Integração Social (CIS) se apresenta como uma unidade prisional feminina de regime fechado, voltado para a regressão de pena e acolhimento de mulheres que demonstram bom comportamento dentro do sistema prisional e estão chegando ao fim de suas penas. Localizado dentro do Complexo Penitenciário do município de Piraquara, região metropolitana de Curitiba - PR (Secretaria da Segurança Pública do Paraná, 2022), o CIS adota um sistema que visa a humanização por meio do estímulo ao trabalho, à educação e à convivência social que permite às PPL um regime menos severo antes de retornar a liberdade, tendo como foco a ressocialização social (Ver Figura 4).

Dadas essas características, o CIS possui uma estrutura física diferenciada, que rompe, ao menos em partes, com a lógica tradicional punitiva dos presídios tradicionais que a maioria conhece. Ao invés de celas, há alojamentos com capacidade para nove PPL, equipados com treliches, banheiros, mesa para estudos

e televisões. Durante a observação, um dos aspectos que mais chamou a atenção foi a limpeza, organização e cuidados dos alojamentos, cuja manutenção é feita pelas próprias detentas. Tal característica reforça as normas de conduta e disciplina do sistema prisional (Eberle e Neves, 2025).

FIGURA 4 - FACHADA DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (CIS)



Fonte: Polícia Penal

No CIS, as mulheres são inseridas em uma rotina de ocupação em tempo integral, com estudo e/ou trabalho. Parte do espaço estrutural, demonstra um esforço institucional de promover a ressocialização por meio das salas de aula, biblioteca, sala de informática e demais salas equipadas para cursos profissionalizantes. Entre os alojamentos há espaços de convívio, que simulam praças, com mesas e aparelhos de ginásticas. Embora o encarceramento feminino ainda esteja imerso em múltiplos desafios, é possível observar uma tentativa de humanização do espaço, valorizando a dignidade das mulheres e apresentando ações concretas de ressocialização (Eberle e Neves, 2025).

De acordo com Ribeiro (2023), o trabalho é uma ocupação importante tanto para as pré-egressas quanto para as egressas, ao mesmo tempo que é uma das

maiores fontes de sofrimento para as mulheres que tentam a reinserção na sociedade após o cumprimento da pena. Dessa maneira, visando a capacitação profissional e aprimoramento do currículo das PPL, além do fortalecimento da autonomia dessas mulheres, no CIS há um galpão de produção com duas empresas, conhecidas internamente como “canteiros de trabalho”. Essas empresas apresentam amplas estruturas físicas, localizadas dentro do CIS, mas separadas dos alojamentos. Uma delas é especializada em tubulação para fogões, enquanto a outra trabalha com a confecção de materiais pós cirúrgicos e estéticos. As mulheres participam de todo o processo de produção dos materiais, incluindo parte da embalagem dos produtos. O trabalho realizado é remunerado, sendo esse dinheiro destinado para os familiares das PPL ou guardado em um fundo para quando ela voltar a viver em sociedade, já o destino da remuneração é escolhido pelas próprias mulheres. Em suma, iniciativas como essa, proporcionam a essas mulheres qualificação e rotinas produtivas, além de fortalecer o senso de pertencimento, autoestima e capacidade de projetar um futuro fora do circuito penal.

Portanto, conforme o previsto na Lei de Execuções Penais, as atividades realizadas dentro do CIS são oportunidades de remissão de pena. Um mês de trabalho da PPL no galpão de produção reduz oito dias de pena. Os cursos ofertados também reduzem a pena, variando de acordo com a carga horária. Embora a redução da pena seja uma vantagem tangível, é crucial que essa atividade seja acompanhada de uma avaliação sobre a efetividade dessas ações no processo de ressocialização (Paraná, 2022).

Dessa forma, pode-se concluir que o CIS representa uma iniciativa de humanização do sistema carcerário, rompendo com a lógica punitiva que marca o encarceramento feminino. Direcionado a mulheres com histórico de bom comportamento, de organização, não cometimento de crimes hediondos e estão, em média, nos últimos dois anos de cumprimento da pena, o CIS se apoia em princípios de dignidade e autonomia. Visando a humanização, o objetivo desse espaço é impulsionar o processo de ressocialização, por meio do desenvolvimento pessoal, qualificação profissional e da ampliação do senso de responsabilidade. No entanto, é importante reconhecer que a efetividade desse modelo depende das ações pós-pena, com atividades que vão além da prisão, como por exemplo, as iniciativas do MEL, além de ampliar essas práticas a outras unidades prisionais. Assim, o CIS

apresenta um caminho promissor, mas ainda desafiador, para a construção de um sistema penal mais inclusivo e transformador.

4.1.2 JORNADA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL PARA EGRESSAS E PRÉ EGRESSAS DO SISTEMA CARCERÁRIO

Conectada à história do projeto MEL, a jornada de desenvolvimento pessoal foi criada na década de noventa por Maria Rita como uma iniciativa pessoal. No entanto, por estar vinculada à Universidade, acabou sendo apresentada como uma proposta de intervenção no hospital de clínicas da UFPR. Desde então, foram realizadas vinte e três jornadas, voltadas para públicos diferentes, e com foco no desenvolvimento humano integral (Entrevista 1, 2025).

A jornada de desenvolvimento pessoal consiste em um curso de longa duração, com carga horária variável entre seis e nove meses, voltado a temas relevantes e adaptados às especificidades de cada grupo participante. O processo tem início com uma reunião entre voluntárias e bolsistas, cujo objetivo é compartilhar ideias e traçar estratégias para a condução das atividades. A partir desse encontro inicial, elabora-se uma proposta de trabalho acompanhada de um roteiro das atividades a serem desenvolvidas ao longo da jornada.

A metodologia adotada é baseada na autogestão e no uso de práticas ativas, como palestras e rodas de conversa, conduzidas pelas próprias voluntárias ou por profissionais convidados, conforme a temática abordada. Os locais de realização da jornada também variam, sendo definidos de acordo com o perfil do público atendido.

Uma das edições da jornada, para citar como exemplo, foi ministrada em formato de curso voltado para policiais militares do estado do Paraná. Essa iniciativa teve objetivo promover ações educativas direcionadas à administração do estresse, ancorada em um processo contínuo do autoconhecimento. As atividades foram inicialmente desenvolvidas nas dependências do batalhão da polícia militar (PM), em uma sala de treinamento, sendo posteriormente transferida para a fazenda experimental da UFPR. Com duração de nove meses e atividades semanais, o curso fomentava mudanças comportamentais significativas dos participantes. Ao

todo, foram formadas seis turmas de policiais militares, havendo um feedback positivo por parte dos envolvidos.

Ao assumir a coordenação do projeto mulheres empreendedoras e líderes (MEL), a idealizadora da jornada de desenvolvimento pessoal, Maria Rita, integrou ambas as iniciativas, tornando a jornada uma das atividades do MEL. Em 2021, durante uma reunião de apresentação da jornada de desenvolvimento pessoal, realizada pela coordenadora do projeto, esteve presente a então diretora do escritório social do Paraná. Ao conhecer a proposta, a diretora demonstrou interesse pelo projeto e sugeriu a realização de uma edição adaptada para o departamento penitenciário. A partir dessa demanda, a equipe do projeto MEL iniciou um processo de reestruturação do curso, com o objetivo de adequá-lo às especificidades do novo público e do ambiente institucional em questão (Entrevista 1, 2025):

Ela não tinha um foco em desenvolvimento de renda, nada disso. O que a jornada trabalha e desenvolve é a pessoa de uma maneira integrada. Esse era e é o objetivo das jornadas. Daí quando surgiu essa história com o escritório social, eu propus. Eu falei o que vocês acham da gente então, elaborar uma jornada de mulheres focada nas mulheres egressas. Com os interesses delas e as necessidades delas, incluindo no final uma proposta de algum tipo de oficina de geração de renda (Entrevistada 1, 2025).

A primeira jornada voltada para o departamento penitenciário foi realizada em 2021, no escritório social, com foco no atendimento a mulheres egressas. As atividades ocorreram no período noturno, em razão das participantes exercerem atividades laborais durante o dia. Para atender às demandas específicas desse público, a Jornada foi adaptada, incorporando temas como empreendedorismo social e economia solidária. Essas temáticas foram incluídas não apenas para promover o desenvolvimento integral do indivíduo, mas também com o objetivo de fomentar a renda, aspecto crucial no processo de reintegração social. Além das adaptações nos temas abordados, foi necessário também, compreender o contexto social em que essas mulheres, egressas do sistema penitenciário, estão inseridas. Reconhecendo os desafios que encontram no retorno à convivência social e no acesso às oportunidades (Entrevista 1, 2025).

Os temas trabalhados tendem a dialogar com as vivências das participantes, com os traumas e dores enfrentados desde a infância até o período atual. Além disso, cidadania, direitos das mulheres e relacionamentos interpessoais também são objeto relevante das discussões e processos formativos. Segundo a coordenadora do projeto, muitas dessas mulheres acabam por não ter contato com políticas públicas até chegarem à penitenciária. Pode-se dizer que isso reflete um processo de vidas marcadas pela desigualdade social. Outra característica comum entre as participantes é a vivência de relacionamentos abusivos e histórico de violência doméstica, temas que também foram implementados na jornada (Entrevista 1, 2025).

Para o ano de 2025 foram planejadas duas edições da jornada de desenvolvimento pessoal, sendo uma delas atrelada ao departamento penitenciário, desta vez no Centro de Integração Social (CIS) e a outra realizada na UFPR voltada exclusivamente para mulheres. A atual diretora do CIS, que anteriormente ocupou a direção do escritório social, é uma das participantes da jornada realizada na Universidade e uma das principais responsáveis pela realização da jornada dentro do CIS.

A iniciativa tem como principal objetivo desenvolver diversas competências e habilidades, envolvendo os aspectos socioemocionais e profissionais. Para tanto, são trabalhados aspectos relativos ao exercício da cidadania para autonomia, trazendo uma nova perspectiva de vida, com vistas a ressocializar e diminuir a reincidência de cárcere através estratégias, ferramentas e materiais didáticos sobre empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável.

No primeiro encontro da jornada de desenvolvimento pessoal no CIS, estavam presentes na sala 48 mulheres, sendo que 13 delas haviam sido recentemente transferidas, chegando ao local no dia anterior (Ver Figura 5). Neste momento, foi realizada a apresentação do projeto, e dos objetivos da jornada, do funcionamento do curso, dos temas trabalhados durante as aulas, bem como da dinâmica de frequência e lista de chamada. Também foram apresentados vídeos e fotos de ações anteriores realizadas pelo projeto MEL. No CIS não é permitido nenhum tipo de aparelho eletrônico, mas uma máquina fotográfica foi disponibilizada

para uma PPL, que ficou responsável pelo registro do primeiro dia da jornada no CIS (Eberle e Neves, 2025).

FIGURA 5 - PRIMEIRO DIA DA JORNADA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL NO CIS



Fonte: PPL Renata (2025).

O primeiro contato entre a equipe do MEL e as PPL tem como objetivo gerar conexão, criando um ambiente acolhedor e sensível. A apresentação da Jornada de Desenvolvimento Pessoal, nesse momento inicial, é baseada em temas voltados para a esperança e sonhos de uma vida futura. Durante a apresentação, a coordenadora do projeto compartilha experiências pessoais, mencionando as dificuldades enfrentadas e oportunidades que possibilitaram a construção de condições mais dignas de vida, e esses relatos servem como um dispositivo de identificação e inspiração. Além disso, complementando essa abordagem, foi convidada uma musicista da UFPR para tocar harpa após a apresentação do projeto. As falas e ações causam emoção entre as PPL e espalham o sentimento que a jornada é mais do que um curso, mas uma experiência de desenvolvimento e planejamento pessoal (Eberle e Neves, 2025).

A jornada é uma oportunidade para as PPL, sendo sua adesão não obrigatória. Após a apresentação das ações, é apresentada às mulheres a oportunidade de participar do curso semanalmente, toda sexta-feira, sendo entregue uma ficha de inscrição que elas podem ou não se inscrever. A carga horária da jornada é de 180 horas e ao final do curso é realizada uma formatura, com representantes da Universidade e do CIS, o anúncio gera surpresa e animação entre as mulheres (Eberle e Neves, 2025).

As atividades da jornada ocorrem através de oficinas, aulas, palestras e eventos com foco na capacitação e no aperfeiçoamento pessoal, bem como na formação para o empreendedorismo e gestão de negócios sociais. A proposta tem uma abordagem multidimensional e além do desenvolvimento pessoal e profissional, a jornada busca fomentar a incubação de associações, cooperativas sociais ou empreendimentos individuais, proporcionando a autonomia econômica e a geração de renda para as mulheres participantes (Entrevista 1, 2025).

Entre os conteúdos trabalhados na jornada, destacam-se: empreendedorismo feminino; História de vida de cada mulher; Meditação e autoconhecimento; Planejamento pessoal, profissional e projeto de vida; Finanças pessoais; Liderança feminina; Gênero e patriarcado; Participação social; Direitos da mulher e as relações de poder; Associativismo e cooperativismo; Colaboração e trabalho coletivo; Comunicação não violenta e gestão de conflitos; Relacionamentos e convívio familiar; Marketing e vendas de produtos; Diagnóstico e análise de cenários; Desenvolvimento de produtos e serviços; Participação: a diferença entre fazer parte e participar; Administração do tempo e da vida; O conhecimento de si mesma, autoestima e valorização; Gestão de relacionamentos e dos conflitos; Dimensões humanas e sociais; Psiconeuroimunologia e doenças psicossomáticas; Inteligência emocional e social; Novos paradigmas éticos e estéticos; Técnicas de relaxamento e meditação; Como gerenciar os hormônios do estresse; Criatividade e autoexpressão: teatro, música, dança e canto; A história da família como base estrutural e linha do tempo; Educação e acompanhamento dos filhos (MEL, 2025).

Ao analisar os conteúdos abordados durante a jornada, é possível notar o destaque dos temas relacionados à saúde mental, relacionamentos e posição da mulher na sociedade em relação a capacitação profissional. A variação de temas

reflete as maiores necessidades das participantes, que se encontram no processo de reinserção na sociedade e precisam estar preparadas psicologicamente para posteriormente buscarem a evolução profissional. Nesse contexto, os caminhos profissionais indicados pelo projeto MEL também são pensados de acordo com a realidade das PPL.

4.2 EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA INCORPORADOS AO PROJETO MEL

O centro de integração social destaca-se por proporcionar às PPL oportunidades de trabalho e estudo. Levando em consideração que a maior parte dos cursos visa a capacitação profissional, o trabalho é uma peça-chave no CIS e no processo de fomento à ressocialização das mulheres após o cumprimento da pena (Entrevista 1, 2025).

No entanto, ao retornarem ao convívio social, as egressas enfrentam diversas dificuldades. Fatores como o estigma social associado ao histórico criminal, a baixa escolaridade, a limitada qualificação profissional e, frequentemente, o abandono familiar, contribuem para a resistência dos empregadores em contratar essas mulheres. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas e estratégias que promovam a reintegração efetiva das egressas, combatendo preconceitos e oferecendo suporte contínuo para sua autonomia e inclusão social (Entrevista 2, 2025).

De acordo com Michalski (2022) baseada na teoria do desenvolvimento de Sen (1999), para haver emancipação feminina, são necessárias as mínimas condições para a subsistência humana, acesso à saúde e educação, direitos civis e políticos, e ter conhecimento das políticas públicas. A liberdade econômica é um fator fundamental para a emancipação da mulher e a união entre as mulheres cria um coletivo, é preciso haver apoio para que a liberdade individual ocorra (Michalski, 2022).

Ao ser questionada sobre o que o projeto MEL representa para a reinserção de egressas e pré-egressas na sociedade, a diretora do CIS o definiu como “desenvolvimento”. Isto porque o MEL aborda desde questões emocionais até a

capacitação profissional, levando em consideração que as PPL precisam estar bem emocionalmente para então planejarem o futuro e visarem oportunidades profissionais. Segundo a diretora, quando as PPL saem da penitenciária encontram impedimentos, inclusive na produção de documentações pessoais. Nesse sentido, existe a necessidade de pensar em alternativas de geração de renda além das empresas formais, principalmente pelo fato de muitas delas não terem acesso a políticas públicas e pouco acesso à educação (Entrevista 2, 2025).

O produto da jornada, necessário para a certificação das PPL, consiste em cada mulher preparar um plano de vida para si, levando em conta tudo o que aprendeu e evoluiu. Nessa fase final do curso, são trabalhados temas como a esperança e a geração de renda, incluindo a capacitação profissional. Segundo a coordenadora do MEL: “A geração de renda com propósito, vai trabalhar todas as questões da esperança, do esperar alguma coisa nova de vida. O que trouxe de avaliação desses meses todos estudando juntos” (Entrevista 1, 2025).

Consideradas as necessidades das mulheres egressas e como forma de contribuir para a alteração desse quadro, foram inseridos na jornada conteúdos relacionados ao empreendedorismo. Na sequência de conteúdos, trata-se de um dos tópicos da etapa final da Jornada de desenvolvimento pessoal. O empreendedorismo se torna então, uma maneira de comercializarem produtos e serviços visando o sustento imediato.

Para as egressas, que estão no processo de reinserção na sociedade e se restabelecendo emocional e financeiramente, o empreendedorismo individual pode gerar sofrimento pela solidão, dificuldade em lidar com questões burocráticas, endividamento e impasses em se manter no mercado. Nesse sentido, o empreendedorismo abordado na jornada é o empreendedorismo social, que em conjunto com a economia solidária, cria uma rede de apoio além da geração de renda (Entrevista 1, 2025).

Conforme Yunus (2010), o negócio social visa a transformação na sociedade e solucionar um problema existente. Nesse contexto, as noções de empreendedorismo fomentadas pelo projeto MEL estão correlacionadas ao empreendedorismo social. Ao saírem das penitenciárias, as egressas encontram inúmeras dificuldades relacionadas a trabalho e geração de renda, pois precisam

reconstruir as suas vidas. Sem apoio e oportunidades, há maiores chances de reincidência criminal (Entrevista 2, 2025).

Neste cenário, há uma problemática em que o empreendedorismo social pode ser inserido como alternativa. Segundo Oliveira (2016) o empreendedorismo social surge a partir de uma situação-problema para a qual se busca solução. Trata-se de uma forma de direcionar as mulheres egressas para a obtenção de sustento e dignidade pelos meios socialmente legítimos. Para a coordenadora do MEL, essas alternativas são apresentadas como a possibilidade de criar uma rede de apoio na fase de reinserção no mercado de trabalho.

De acordo com a Agência Gov (2024), a economia solidária visa promover a inclusão social e a geração de renda, sendo pautada em valores como solidariedade e cooperação. Considerando o contexto em que estão inseridas as PPL, a economia solidária e a organização em modo cooperativo são apresentadas às PPL durante a jornada, pois representam os valores e as oportunidades fundamentais nessa fase. São oportunidades, pois permitem que produtos sejam produzidos e comercializados em conjunto, aumentando o volume de vendas e fortalecendo o grupo de mulheres (Agência Gov, 2024).

Com o intuito de proporcionar condições adequadas para que as egressas do sistema prisional possam aplicar os conhecimentos adquiridos durante a Jornada de Desenvolvimento Pessoal, o Projeto MEL adquiriu uma barraca destinada à comercialização de produtos em feiras organizadas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Esse espaço coletivo permite que as participantes, de forma compartilhada, ofereçam os produtos e serviços desenvolvidos, promovendo a geração de renda e a inserção no mercado de trabalho. A disponibilização da barraca gerou entusiasmo e expectativas positivas entre as PPL (Eberle e Neves, 2025).

4.3 DESAFIOS DO PROJETO MEL

Ao longo de sua trajetória, o Projeto MEL tem se dedicado à sistematização de indicadores capazes de aferir a efetividade de suas ações junto às mulheres participantes, como os relatórios elaborados pelas próprias envolvidas nas

atividades. Com base em registros internos e documentos institucionais, estima-se que mais de 350 mulheres tenham sido diretamente beneficiadas pelas ações desenvolvidas, número que se expande para aproximadamente 1.500 quando se considera o impacto indireto decorrente do efeito multiplicador no âmbito familiar, conforme sugerem metodologias do IBGE. Entre os principais resultados obtidos, destacam-se a formação de cerca de 40 mulheres por jornada de desenvolvimento pessoal, com carga horária média de 190 horas por participantes. A participação de 50 alunas na jornada realizada no CIS, além da mentoria individualizada de 12 mulheres egressas do sistema penal. No processo houve atuação conjunta de mais de 30 professoras e pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o envolvimento de três bolsistas diretamente vinculadas ao MEL, além de outras cinco associadas à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), cuja contribuição é essencial para a sustentabilidade institucional do projeto (Entrevista 1, 2025).

Esses resultados evidenciam não apenas a dimensão quantitativa do alcance do projeto, mas também a profundidade de seu impacto. A reintegração social, o fortalecimento da autoestima, a ampliação das redes comunitárias e o desenvolvimento de competências técnicas das participantes são exemplos. Entretanto, alguns desafios dificultam a efetividade do projeto em suas diferentes esferas.

A jornada de desenvolvimento pessoal voltada a mulheres egressas configura-se como uma oportunidade relevante de reinserção social e aprimoramento de competências, embora o ensino do empreendedorismo exija a construção de etapas prévias. As participantes, oriundas do sistema penal, necessitam, em um primeiro momento, de suporte emocional, fortalecimento de suas capacidades socioemocionais e desenvolvimento de uma perspectiva positiva em relação ao futuro. Somente a partir dessa base é possível promover, de forma efetiva, a aprendizagem relacionada ao empreendedorismo. Embora a capacitação profissional seja um componente relevante, não constitui o aspecto central do processo. Dessa forma, a Jornada assume predominantemente um caráter de desenvolvimento pessoal, o qual, por sua vez, contribui indiretamente para o crescimento e a inserção profissional das participantes (Entrevista 1, 2025).

Considerando o contexto no qual essas mulheres estão inseridas, elas precisam ter condições para assistirem às palestras e participarem da jornada. Dessa forma, a coordenadora do MEL ressalta a necessidade de políticas públicas que auxiliem as egressas e motivem a participação em cursos e palestras (Entrevista 1, 2025).

Além disso, conseguir recursos financeiros para realizar as jornadas de desenvolvimento pessoal para esse público constitui o principal desafio do projeto MEL atualmente. A coordenadora enfatiza a necessidade de disponibilizar a oportunidade e as condições necessárias para que as mulheres possam participar da jornada. Torna-se necessário considerar o contexto de vulnerabilidade social no qual as mulheres egressas estão inseridas. Na maior parte dos casos, elas são as únicas responsáveis por filhos ou netos, não possuem rede de apoio familiar, apresentam dificuldades de locomoção e dificuldades de conseguir um emprego formal (Entrevista 1, 2025).

Na primeira Jornada de desenvolvimento pessoal realizada com as egressas, o projeto MEL, visando conseguir recursos financeiros para que as participantes pudessem se deslocar e se manter na Jornada, desenvolveu o conceito de “madrinhas” do MEL. Essas pessoas eram voluntárias e cada uma apadrinhava uma das egressas para prestar apoio emocional, aconselhar e colaborar financeiramente para a participação no curso. Entretanto, segundo a coordenadora do projeto, essa iniciativa gerou uma sobrecarga para as madrinhas, pois as mulheres egressas tinham muitas demandas, desde a carência de atenção diária até as necessidades básicas, como alimentação, luz, água, sendo todas essas demandas destinadas para as voluntárias. Levando em consideração as dificuldades enfrentadas, o conceito de apadrinhamento foi retirado da Jornada e todo o apoio necessário é prestado agora pela equipe do projeto MEL (Entrevista 1, 2025).

De acordo com Maria Rita, uma solução para a dificuldade de as egressas participarem da Jornada, seria o financiamento a partir de emendas parlamentares ou editais. Também considera que seria interessante que houvesse destinação de apoio por parte da própria Universidade (UFPR), com a disponibilização de bolsas para que egressas do sistema penal pudessem realizar o curso sem que isso interferisse nos recursos financeiros da família. O projeto MEL propõe ainda realizar

eventos de arrecadação financeira ou de presentes para as mulheres que participarem da Jornada. Esses eventos poderão contar com representantes de diferentes entidades e figuras públicas (Entrevista 1, 2025).

Na Jornada realizada dentro da penitenciária, para as pré-egressas, as dificuldades enfrentadas são diferentes. Na Jornada realizada no CIS, 50 egressas realizaram a inscrição. Nesse caso, o acesso à alimentação e moradia são responsabilidade do Estado, facilitando a participação. Entretanto, de acordo com a diretora do CIS, um dos principais impedimentos para a realização de atividades como a ofertada pelo MEL, é o conflito de horários, pois a maioria das mulheres precisam trabalhar dentro do CIS, seja para enviar dinheiro para a família ou para quando saírem da penitenciária ter recursos. Além disso, há os horários destinados a estudar na escola do CIS e realizar cursos variados (Entrevista 2, 2025).

Sendo assim, segundo a diretora do CIS, o ideal seria que essas mulheres ficassem dois anos no CIS, para que conseguissem realizar as diferentes atividades e aproveitassem todas as possibilidades que são ofertadas, visando o desenvolvimento pessoal e profissional. No entanto, a maioria delas fica tempo insuficiente, não sendo possível a participação em cursos importantes (Entrevista 1, 2025).

A elevada rotatividade de PPL no CIS representa um desafio significativo para a efetiva participação na Jornada de Desenvolvimento Pessoal promovida pelo projeto MEL. Considerando que a jornada possui duração mínima de seis meses, a constante entrada e saída de participantes durante esse período compromete a conclusão integral das etapas propostas, as quais são sequenciais e interdependentes para a consolidação dos objetivos de desenvolvimento pessoal e profissional. Diante dessa realidade, o Projeto MEL recomenda que, ao serem liberadas do sistema prisional, as mulheres entrem em contato com a equipe do projeto para a continuidade e finalização da jornada em ambiente externo. Adicionalmente, sugere-se a integração dessas egressas a grupos de economia solidária vinculados ao MEL e à UFPR, como estratégia de apoio à reinserção social e promoção da autonomia econômica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo realizar um estudo de caso sobre o projeto de extensão MEL, da UFPR, em suas ações cujo foco esteja na ressocialização de mulheres do sistema penitenciário. Por meio de um caráter exploratório e descritivo, foi possível conhecer a história do projeto MEL e de suas ações junto ao sistema penitenciário feminino da região metropolitana de Curitiba, compreender como o empreendedorismo social e a economia solidária contribuem para a efetivação do MEL junto às egressas e pré-egressas e analisar os desafios do projeto ao atuar com este público.

O sistema carcerário no Brasil encontra-se com superlotação nos presídios e com o número de encarceramentos aumentando. Centros de Integração Social, como o CIS, localizado na cidade de Piraquara-PR, focados no trabalho e na educação, ainda representam uma minoria frente ao número de presídios tradicionais. Frente a este impasse, há projetos como o MEL e a Jornada de desenvolvimento pessoal, que a partir de Universidades públicas como a UFPR, levam conhecimento técnico e humanização para esses espaços.

O Projeto MEL se destaca pela pluralidade das suas ações, pelo compartilhamento de experiências entre diferentes mulheres e pela liberdade de temas que são trabalhados. O apoio às que exercem papéis de liderança e a criação de uma rede de apoio entre elas ajuda a fortalecer a posição feminina como lideranças positivas na sociedade. As ações realizadas com egressas e pré-egressas buscam combater um estigma de desigualdades, exclusão e abandono, procuram acolher, prestar apoio emocional e apresentar alternativas de geração de renda, visando um futuro após o período recluso.

A prioridade da jornada de desenvolvimento pessoal é o desenvolvimento integral do ser humano, no contexto do sistema penal. Visa fortalecer a saúde emocional, fazer ressurgir os sonhos pessoais, capacitar profissionalmente, apresentar oportunidades de ocupação e geração de renda e criar uma rede de apoio que auxilie na inserção das mulheres na sociedade.

O empreendedorismo social, atrelado a economia solidária criam uma possibilidade de renda para as mulheres egressas, que sofrem com o estigma imposto pela sociedade, com o desemprego, a falta de proventos e com o

recorrente abandono familiar. A partir do trabalho em cooperativas e associações, elas podem vender seus produtos ou serviços juntos, a partir da união e parceria.

Essas possibilidades tornam-se um caminho para a reinserção das mulheres na sociedade, possibilitando uma fonte de renda e a criação de uma comunidade de apoio. A união entre empreendedoras com propósitos em comum coopera com a luta contra a reincidência no mundo do crime, pois quando há apoio e condições básicas de sobrevivência, a expectativa é de que reduza a probabilidade de cometimento de novos delitos. Ademais, essas alternativas aumentam a autoestima das egressas, mudam a perspectiva em relação ao futuro e criam um sentimento de pertencimento. Sendo assim, a economia solidária e o empreendedorismo atuam como forças de transformação social.

Apesar da notória relevância do empreendedorismo como geração de renda para as mulheres durante a reinserção na sociedade, para as pré-egressas o empreendedorismo se torna instrumento de geração de valor e desenvolvimento de habilidades que contribuem não só para o lado profissional, mas para o lado humano. Ainda que muitas mulheres não optem por empreender após o período recluso, a abordagem das temáticas cumpre o seu papel. Ao trabalhar com o tema empreendedorismo, o projeto MEL aborda também a temática sonhos, possibilitando que as mulheres imaginem e planejem um futuro melhor, com oportunidades e apoio.

O sonhar gera esperança que se transforma em força na busca por uma vida melhor. Ao reunir diferentes mulheres, desde líderes, empreendedoras, professoras universitárias, egressas e pré-egressas e prestar apoio a todas elas, o MEL torna-se, como parte integrante da UFPR, uma ponte para uma sociedade mais justa, mais igualitária e acolhedora. Nesse sentido, demonstra um caminho para a mudança.

Frente a isso, é pertinente acrescentar que a realização desta pesquisa contribuiu para uma nova percepção acerca da pluralidade do empreendedorismo, com foco no social, no processo de ressocialização de mulheres egressas e pré-egressas do sistema penal. O empreendedorismo abordado pelo projeto MEL auxilia na geração de valor para pré-egressas e de valor e renda para as egressas. Cabe destacar que estudos sobre empreendedorismo relacionados ao sistema

carcerário representam algo relativamente novo no campo acadêmico. A escassez de produção científica também foi um fator que gerou curiosidade, sobretudo, levando em consideração a relevância do tema.

Contudo, um dos maiores desafios enfrentados durante a pesquisa foi a dificuldade de conter a curiosidade. O sistema carcerário por sua própria natureza punitiva e estigmatizante, desperta um interesse nos “crimes cometidos”. Enxergar essas mulheres para além de seus atos, como seres humanos com histórias marcadas pela desigualdade, vulnerabilidade e abandono social, exigiu das pesquisadoras um exercício de empatia e escuta sensível. Superar essa barreira e reconhecê-las não apenas como egressas e pré-egressas do sistema penal, mas como mulheres em busca de reconstrução e dignidade, foi um passo essencial para romper com os estigmas reforçados pelo próprio sistema de justiça e sociedade.

No decorrer da pesquisa foi possível notar o impacto emocional e as reflexões causadas às pesquisadoras. Ao se aprofundar na realidade de mulheres egressas e pré-egressas e compreender os desafios enfrentados, as autoras refletiram sobre seus privilégios como pesquisadoras e cidadãs. Essa trajetória, além de contribuir para o conhecimento acadêmico, fortaleceu o compromisso com a justiça social, com a valorização das histórias de mulheres historicamente silenciadas e o desejo de contribuir para uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. Presidente Lula sanciona Lei Paul Singer que cria Política Nacional de Economia Solidária. *Agência Gov*, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202412/presidente-lula-sanciona-lei-paul-singer-que-cria-politica-nacional-de-economia-solidaria>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ. O Brasil tem a terceira maior população carcerária feminina do mundo. [s.d.]. Disponível em: <https://www.al.pi.leg.br/tv/noticias-tv-1/brasil-tem-a-terceira-maior-populacao-carceraria-feminina-do-mundo>. Acesso em: 19 mar. 2025.

ALTERO, Aparecida de Lourdes Cossi; COSTA, Denise Silva; LOPES, Marlene de Oliveira. Liberdade no cárcere e prisão na liberdade. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; MCKINSEY & COMPANY. *Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócio para organizações sociais*. São Paulo: Peirópolis, 2001.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BERNARDI, L. *Manual do empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas*. São Paulo: Atlas, 2008.

Biscotto, Giovanna; Neves, Giovanna. *Caderno de campo* (observação realizada durante o primeiro dia da Jornada de Desenvolvimento Pessoal, 28 mar. 2025). Piraquara, 2024. Documento não publicado.

BRASIL. Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CadSol). Ministério do Trabalho e Emprego, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria/cadastro-nacional-de-empreendimentos-economicos-solidarios-cadsol>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 15.068, de 2024. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15068.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 06 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Política Nacional de Atenção às Mulheres Presas e Egressas*. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/politicas-nacionais-penitenciarias/politica-nacional-de-atencao-as-mulheres-presas-e-egressas>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Panorama do empreendedorismo feminino no Brasil*. Brasília, 2024.

DENEGA, Maria Júlia. *Encontro do projeto MEL na Ilha da Cotinga* (fotografia), 2019. Imagem em posse do autor/origem particular.

DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FAIR, H.; WALMSLEY, R. *Women and girls in penal institutions, including pre-trial detainees/remand prisoners. World Female Imprisonment List*, 2020. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf.

FRANÇA, G. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, 2002.

FREITAS, Maria do Carmo Dutra; MICHALSKI, Maria Rita Taques; VIEIRA, Raquel dos Santos (Org.). *Projeto MEL na pandemia do COVID-19: ações realizadas* (recurso eletrônico). Curitiba: UFPR, 2021.

GAIGER, L. I. G. (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GARCIA, Juliana C.; MICHALSKI, Maria Rita T. Curadoria digital na educação corporativa: o caso da Jornada de Desenvolvimento Pessoal na UFPR (1999-2009). In: *SIMPÓSIO DE UNIVERSIDADES CIDADÃS EM GESTÃO – SUCEG*, 1., 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis: SUCEG, 2017. p. 535–544.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. *Relatório Global GEM 2020/2021*. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/report/gem-20202021-global-report>.

INSTITUTE FOR CRIME & JUSTICE POLICY RESEARCH. *World female imprisonment list: 5th edition*. London: ICPR, 2023. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. Pesquisa da FGV aponta aumento da desigualdade social após a pandemia. 2023. Disponível em: <https://ibase.br/pesquisa-da-fgv-aponta-aumento-da-desigualdade-social-apos-a-pandemia/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Desemprego*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 8 dez. 2024.

JONATHAN, Eva G.; SILVA, Taissa M. R. da. *Empreendedorismo feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

LACERDA, S. et al. Liberdade no cárcere e prisão na liberdade: reflexões acerca de experiências de mulheres dissidentes. In: *V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO*, 2021, Online. Anais... 2021.

MARIETTO, M. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, São Paulo: Universidade Nove de Julho, v. 17, n. 4, p. 5–18, 2018.

MEL. Briefing 2022 (documento interno). Curitiba: Projeto MEL, 2022.

MEL. Relatório geral final (documento interno). Curitiba: Projeto MEL, 2020.

MEL. Institucional MEL (documento interno). Curitiba: Projeto MEL, 2021.

MEL. Briefing 2024 (documento interno). Curitiba: Projeto MEL, 2024.

MEL. Apresentação MEL 2025 (documento interno). Curitiba: Projeto MEL, 2025.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Panorama do Empreendedorismo Feminino no Brasil*. Brasília: MDIC/PNUD, 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/panorama-do-empreendedorismo-feminino-no-brasil>.

MICHALSKI, Maria Rita Taques. Mulheres egressas do sistema prisional de Curitiba: um estudo sobre rede de apoio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2022.

MICHALSKI, Maria Rita Taques. Programa Tertúlia: jornada de desenvolvimento pessoal para policiais militares do Paraná – 13BT. In: *SIMPÓSIO DE UNIVERSIDADES CIDADÃS EM GESTÃO – SUCEG*, 1., 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis: SUCEG, 2017. p. 754–765.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social do Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios - notas introdutórias. *Revista da FAE*, v. 7, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistafae.fae.emnuvens.com.br/revistafae/article/view/416>

OLIVEIRA, L. M. S. R.; OLIVEIRA, L. S.; SILVA, B. C.; AQUINO, H. P. Empreendedorismo social no Brasil. *Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco*, Petrolina, v. 10, n. 22

PARENTE, C. et al. Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. In: *XIV ENCONTRO NACIONAL DE SOCIOLOGIA INDUSTRIAL, DAS ORGANIZAÇÕES E DO TRABALHO*, 2011, Lisboa. Anais... Lisboa: 2011.

PAIVA, P. Mulheres encarceradas: violência de gênero nos espaços prisionais do Paraná. In: *SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 12*, 2021, Florianópolis. Anais eletrônicos... ISSN 2179-510X.

QUINTÃO, C. Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego. In: *SEMINÁRIO TRABALHO SOCIAL E MERCADO DE EMPREGO*, 2004, Porto. Anais... Universidade Fernando Pessoa, 2004.

PRISON STUDIES. *World female imprisonment list: 5th edition*. Londres: Prison Studies, 2021. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.

RANGEL, R. R.; MANOLESCU, F. M. K. Economia solidária pela perspectiva histórico-teórica. *Educação, Gestão e Sociedade: Revista da Faculdade Eça de Queirós*, Castelo Branco, v. 2

RIBEIRO, Maria Edna. Processo educativo no cárcere: ressocialização x remição de pena. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 104–123, fev. 2023. DOI: 10.31060/rbsp.2023.v17.n1.1477. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1477>.

RODRIGUES, C. et al. Empreendedorismo feminino e agricultura: uma revisão sistemática da literatura. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, 2022.

ROSOLEN, T.; TISCOSKI, G. P.; COMINI, G. M. Empreendedorismo social e negócios sociais: um estudo bibliométrico da produção nacional e internacional. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, Salvador, v. 3, n. 1.

SANDRI, E. C.; CACIATORI JUNIOR, I.; CHAPAVAL-PIMENTEL, P.; MEIRA-TEIXEIRA, R. M. Empreendedorismo social e inovação social: uma análise bibliométrica. *Estudios Gerenciales*, Cali, v. 36, n. 157

SANTOS, Denise Santana Silva; BISPO, Tânia Christiane F. Mãe e filho no cárcere: uma revisão sistemática. *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 32, p. 1–10, 2018.

SCHWENCK, Beatriz. Organizações feministas apontam caminhos para a economia solidária brasileira. *Caderno Especial de Economia Solidária. Revista Economistas*, Brasília: Conselho Federal de Economia, v. 3, out./dez. 2024. ISSN 2446-9297.

SEBRAE. *A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil.d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>.

SEBRAE. *Empreendedorismo feminino: uma nova visão sobre os negócios*. São Paulo: SEBRAE, 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/empreendedorismo-feminino-uma-nova-visao-sobre-os-negocios.e61bf253be2a6810VgnVCM1000001b00320aRCRD/>.

Sebrae Paraná. *O que é empreendedorismo? Guia completo.* Sebrae-PR, [s.d.]. Disponível em:

<https://sebraepr.com.br/o-que-e-empreendedorismo-guia-completo/?srsltid=AfmBOopp0yRXxgBBaJwRmYqNTQ3XqyZG3J40rX3IA5b4Y0KFISV29AXi>.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ. Centro de Integração Social de Piraquara possibilita reinserção social a mulheres privadas de liberdade. 2022. Disponível em:

<https://www.seguranca.pr.gov.br/Noticia/Centro-de-Integracao-Social-de-Piraquara-possibilita-reinsercao-social-mulheres-privadas-de>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS. Relatório de informações penais. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-sem-estre-de-2024.pdf>.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). *Amesol em 2023: um ano de organização, produção e muita comercialização feminista e solidária.* São Paulo, 13 dez. 2023. Disponível em:

<https://www.sof.org.br/com-organizacao-producao-e-comercializacao-feminista-e-solidaria-amesol-fecha-2023-com-a-realizacao-de-10-feiras-ao-longo-do-ano/>. Acesso em: 5 maio 2025.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade.* Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. *A economia solidária no governo federal.* Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.* São Paulo: Contexto, 1999.

STROPARO, Telma Regina; SENHORAS, Elói Martins (Orgs.). *Empreendedorismo feminino.* Boa Vista: Editora IOLE, 2023. 179 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar. *Economia Solidária.* Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – NuMI-EcoSol, [s.d.]. Disponível em: <https://www.numiecosol.ufscar.br/pt-br/quem-somos/economia-solidaria>. Acesso em: 20 mar. 2025.

WEERAWARDENA, Jay; MORT, Gillian Sullivan. Investigating social entrepreneurship: A multidimensional model. *Journal of World Business*, v. 41, n. 1, p. 21–35, 2006.

WILIANS, Anne Carolline. *Empreendedorismo social feminino.* São Paulo: Expressa, 2021.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUNUS, Muhammad. *Criando um negócio social: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade*. Tradução de Leonardo Abramowicz. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ZAZULA, M. *Economia solidária: os caminhos da autonomia coletiva*. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

7. APÊNDICES

APÊNDICE 1: ROTEIRO OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

1. Identificação da Pesquisa

Título do estudo: O papel do empreendedorismo em projetos de ressocialização de egressas e pré-egressas do sistema carcerário: Um estudo de caso do projeto MEL

Pesquisadoras: Giovanna Eberle Biscotto e Giovanna Zela das Neves

Local da observação: Centro de Integração Social - CIS

Período de observação: 28/03/2025 12:30H às 18H

Objetivos da Pesquisa: Realizar um estudo de caso sobre o projeto MEL, em suas ações cujo foco esteja na ressocialização de egressas e pré-egressas do sistema penitenciário.

- Conhecer a história do projeto MEL e de suas ações junto ao sistema penitenciário feminino de RMC;
- Compreender como o empreendedorismo social e a economia solidária contribuem para a efetivação do projeto MEL junto ao público de egressas e pré-egressas do sistema penitenciário na RMC;
- Analisar os desafios do projeto MEL ao atuar com o público de mulheres egressas e pré-egressas do sistema penitenciário da RMC.

Objetivo da Observação: Observar as dinâmicas e práticas desenvolvidas pelo projeto MEL dentro do CIS e compreender como se inserem os conceitos de empreendedorismo social e economia solidária na Jornada de desenvolvimento pessoal para pré-egressas.

2. Identificação do grupo observado:

- Quem são as pessoas que fazem parte da equipe do MEL e qual a função de cada uma delas?
- Quantas pessoas da equipe do CIS estão presentes durante a reunião e qual a função de cada uma delas?
- Quantas pré-egressas estão presentes durante a reunião?

3. Aspectos a serem observados

- Espaço físico: Quais as características do ambiente e como o espaço físico influencia no comportamento das pré-egressas, na interação entre elas e com a equipe do projeto MEL;
- Atividades realizadas ao longo da observação;
- Comportamentos significativos das pessoas presentes;
- Emoções, sentimentos e reações predominantes entre o grupo;
- Impacto da atividade no bem-estar das participantes;
- Possíveis mudanças no humor e no comportamento antes, durante e depois da ação;
- Códigos de conduta e regras explícitas entre os participantes;
- Níveis de segurança e vigilância durante a ação;
- Nível de envolvimento dos agentes (supervisão, interação ou distanciamento).

4. Participação das pré-egressas:

- Perfil das participantes (Idade, comportamento);
- Motivações para a participação na reunião;
- Nível de interesse e engajamento nas atividades;
- Resistência ou dificuldades na participação;
- Relação entre as pré-egressas (Conflitos, colaboração, hierarquia);
- Interações das pré-egressas com as demais pessoas presentes;
- Qual dos temas abordados gerou maior interesse entre elas.

APÊNDICE 2: CADERNO DE CAMPO OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Nos encontramos com a Maria Rita, uma aluna bolsista da ITCP e uma integrante da orquestra da UFPR na frente da Universidade e caminhamos até o local em que chegam os veículos solicitados. Nosso veículo foi uma Kombi, por estarmos em cinco pessoas mais o motorista e porque precisávamos levar uma harpa grande que seria tocada para as pré-egressas.

O CIS fica localizado na cidade de Piraquara, afastado do centro da cidade e a uma média de 40 minutos de Curitiba. Foi necessário passar por uma estrada de chão para chegar até o Complexo Penitenciário do Paraná, que engloba o CIS. Após apresentarmos nossos documentos na portaria e ser liberada a entrada do veículo, entramos no complexo penitenciário. O local é grande, contendo ruas lá dentro e vários prédios, sendo esses diferentes presídios, alguns de segurança máxima, de maior ou menor periculosidade, masculinos ou femininos. O CIS fica na parte de trás do complexo, da rua já é possível observar a estrutura física, composta por diversos alojamentos e em volta um muro alto com cerca elétrica.

Descemos do veículo e nos dirigimos a portaria do CIS, apresentamos novamente nossos documentos, dessa vez estes só seriam devolvidos no momento da nossa saída, e nos dirigimos para uma primeira sala, onde havia uma pequena recepção com algumas poltronas, um armário com diversos repartimentos e chaves, onde poderíamos deixar nossas coisas, e um detector de metais, pelo qual passamos para poder entrar nos outros ambientes. Retiramos pulseiras, brincos e qualquer item que pudesse acionar o detector e quando o detector de metal emitia algum som, deveríamos também ser submetidas a revista pessoal, realizada por uma das policiais penais. Sendo assim, levamos conosco apenas blocos de anotações, canetas e uma pasta contendo documentos para a observação.

Fomos encaminhadas até a direção do CIS, onde encontramos a diretora do local, Marilu, e tivemos acesso as primeiras informações sobre como seriam as atividades e sobre as pré-egressas que iriam participar. As participantes desse primeiro dia eram 48 mulheres recém-chegadas ao CIS, 13 delas havia chegado no dia anterior. Todas elas já estavam matriculadas na escola para ter aulas nas salas de aula do CIS, mas nas sextas-feiras teriam o dia destinado a Jornada realizada

pelo MEL. Ao falar sobre as pré-egressas, a equipe do CIS utilizava o termo PPL's (Pessoa privada de liberdade). Nesta primeira conversa, a diretora Marilu demonstrou animação com o início da jornada e empolgação com a doação de um trator ao CIS por meio do projeto MEL.

Após uma primeira conversa na direção do presídio, fomos encaminhadas até o bloco B, local separado por grades, composto por salas de aulas, e um container, chamado de espaço da leitura. Nesse container estavam as PPL's nos esperando. O local era bonito, paredes pintadas, prateleiras repletas de livros e inúmeras mesas com computadores, aparentemente novos, além de algumas plantas, televisão e datashow, utilizado para a apresentação dos slides do projeto MEL. As PPL estavam sentadas em cadeiras organizadas em fileiras, o local estava cheio. Quando entramos no local todas elas nos olharam enquanto caminhávamos até a parte da frente do local, podíamos ouvir elogios sobre nossas roupas e cabelos, elas pareciam curiosas e atentas. Sentamo-nos nas primeiras fileiras, próximas a elas, e Maria Rita ficou de pé para se apresentar e apresentar o projeto.

A apresentação funcionou como uma oferta do curso, não sendo obrigatório, as mulheres fariam se quisessem. Uma das informações que gerou surpresa entre as PPL foi a da carga horária do curso (cerca de 180 horas), a certificação feita pela UFPR e a formatura que será realizada no final. A apresentação foi realizada de forma breve, mas tentando ao máximo adaptar a linguagem para maior entendimento das mulheres. O objetivo ficou claro: Formação humana e integral de mulheres que tenham saído ou estejam para concluir seu tempo de cárcere privado no CIS, além de auxiliar na profissionalização e planejamento pessoal. Os objetivos secundários consistem em empoderamento, desenvolvimento pessoal e incentivo ao empreendedorismo social. A jornada consiste em palestras, cursos e oficinas sobre temas variados, baseados na autogestão e os últimos temas são economia solidária e cooperativas sociais. De acordo com Maria Rita, a UFPR possui profissionais de diversas especialidades, estes podem ser convidados para palestrar durante o evento de acordo com os interesses das PPL.

Durante a apresentação havia uma das PPL fazendo fotos com uma máquina fotográfica. Segundo a diretora do presídio, as PPL fazem parte de todas as atividades realizadas no CIS, desde a parte do planejamento até a execução, sendo

responsáveis por diversas funções. Cabe lembrar, que foi possível observar o respeito com que as policiais tratam as PPL, sempre fazendo questão de agradecer pelos serviços prestados.

Ao decorrer da apresentação Maria Rita contou resumidamente a sua história pessoal e falou que realizar a jornada dentro de um presídio era um sonho pessoal. Esse momento aconteceu após a apresentação do vídeo da última jornada e isto gerou conexão com as pré egressas e emoção entre elas. Foi possível observar o comportamento da Maria Rita durante toda a apresentação, tentando sempre buscar fatos e falas que mostrassem as semelhanças entre todas naquela sala, e buscou trazer exemplos de egressas que realizaram a jornada e hoje estão ressocializadas, como a mulher que faz o cabelo dela, a egressa que trabalha em sua casa e a jornalista que irá participar da criação do livro do projeto MEL. Neste momento, ela não utilizou o termo PPL, e se referiu a elas como “Mulheres Maravilhosas”.

A jornada foi ofertada como um transformador de vidas, Maria Rita fez questão de enfatizar os desafios que elas encontrarão após a tão sonhada liberdade e disse que a jornada era uma oportunidade para se criar um bom currículo. Ela salientou também, que no certificado não será descrito que estas mulheres são egressas do sistema prisional.

Além disso, foi falado sobre um investimento liberado pelo governo federal, através da deputada federal Carol Dartora, para o projeto MEL e que será destinado a horta do CIS para compra de equipamentos. As PPL pareceram animadas com a ideia e encantadas com as possibilidades e futuras atividades.

No final da apresentação, Maria Rita destacou a importância da Universidade Federal do Paraná, sendo que tantas pessoas sonham em ingressar na instituição, e pela jornada ser certificada pela Universidade, Maria Rita as chamou de alunas da UFPR. Neste momento, observou-se as PPL olhando umas para as outras, sorrindo e comentando sobre a empolgação com a jornada.

O projeto final para a certificação da jornada consiste em cada mulher escrever o seu projeto de vida, suas inspirações, sonhos e próximas ações. Ao falar sobre empreendedorismo social e economia solidária, Maria Rita destacou a possibilidade de venda de produtos nas feiras da UFPR através da barraca do projeto MEL, visando o cooperativismo.

Uma das PPL questionou o que acontece caso ela receba o alvará de soltura antes de terminar o curso e a Maria Rita respondeu que ela está criando um compromisso com elas e caso isso aconteça, é para a detenta procurá-la para terminar o curso em liberdade, e que assim, ela terá todo o apoio que precisará fora do CIS.

Após a fala, foram entregues fichas de inscrições para cada uma das PPL e canetas, para que o papel fosse preenchido. Algumas delas possuem dificuldades na leitura e escrita, então nós auxiliamos no preenchimento da ficha, que incluía perguntas de caracterização, tal como nome, idade, quantidade de filhos e escolaridade, além de um espaço para sugestões de temas a serem trabalhados durante a jornada. Das quais auxiliamos no preenchimento da ficha, notamos um maior interesse no trabalho com a horta e em atividades no ramo da beleza e a maioria disse ter dificuldade para entender e aprender.

Em um segundo momento todas foram encaminhadas para a parte de fora do container, onde havia banquetas organizadas em fileiras e viradas para um espaço onde se apresentava a musicista da UFPR com a sua harpa. A ideia era, através do som suave da harpa, demonstrar como a jornada é leve e busca fazer com que elas sonhem com uma nova vida. A diretora do CIS e a Maria Rita fizeram falas breves, salientando as dificuldades do momento que as APLs estão vivendo, mas que há possibilidades, sendo este o momento ideal para pensarem mais em si mesmas e fazerem planos para o futuro, além de demonstrar o interesse em criar uma amizade e rede de apoio junto a elas.

Neste momento, a diretora Marilu, contou para as PPL que também é aluna do projeto e que uma das suas metas de vida era ler um livro, este momento também gerou identificação das detentas.

Finalizando o evento, as PPL voltaram para os seus alojamentos e nós fomos até a diretoria, onde pudemos realizar a entrevista com a Marilu e conversar um pouco mais sobre as ações do MEL no CIS. A Marilu sugeriu então que fizéssemos um tour para conhecer melhor o local.

Os alojamentos são divididos em blocos A e B, no B ficam as mulheres que recém chegaram no CIS e ainda precisam se adaptar ao formato e as regras. No bloco B também estão as salas de aula, onde são realizadas aulas do ensino

fundamental 1 e 2 e ensino médio. Há uma sala de monitoramento, refeitório, farmácia, salão de beleza, onde elas têm cursos de manicure e cabeleireiro. A maioria das PPL trabalham no canteiro de obras dentro do CIS, formado por duas empresas: Metaltech, empresa de tubulação de fogões e Rigel, focada em produtos pós cirúrgicos e de estética. As duas empresas são localizadas em espaços grandes, claros e arejados, contendo todos os equipamentos necessários para a produção das peças que produzem, como máquinas de costura. As APLs aprendem todo o processo, desde a produção até a embalagem e etiquetagem dos produtos. Cada mês trabalhado por elas, reduz oito dias de pena, o salário recebido pode ser destinado para familiares e filhos ou fica retido em um fundo para que as PPL retirem quando voltarem para a liberdade.

No bloco A tem 12 alojamentos, cada um com três treliches, totalizando nove camas. Além disso, cada alojamento conta com um banheiro grande, com chuveiro aquecido e dois vasos sanitários separados, mesas para estudo, armários sem portas, televisão e espelho. A organização dos alojamentos se destaca, sendo um dos requisitos para as PPL continuarem no CIS. Os alojamentos possuem uma janela e uma porta, que ficam abertas durante parte do dia, nos momentos de socialização. Cada alojamento é separado como uma casa, mas todos eles dão acesso a um espaço comum de convívio, como um condomínio, nesse espaço tem mesas e bancos, aparelhos de ginástica e muretas com plantas e flores. Nos alojamentos foi possível notar a constante presença de livros em cima das camas ou da mesa de estudos.

APÊNDICE 3: ROTEIRO DA ENTREVISTA REALIZADA COM A COORDENADORA DO PROJETO MEL (MULHERES EMPREENDEDORAS E LÍDERES)

O roteiro consiste em uma diretriz para a entrevista qualitativa que será realizada pelas discentes do curso de Gestão e Empreendedorismo da UFPR Setor Litoral, Giovanna Eberle e Giovanna Neves, como meio para obter informações para o trabalho de conclusão de curso (TCC), um estudo de caso sobre o Projeto MEL. A entrevista será realizada com a *netweavers* do Projeto MEL, Maria Rita Michalski. O objetivo da entrevista é conhecer o Projeto MEL, compreender a Jornada de Desenvolvimento Pessoal e a relação do projeto e da jornada com o empreendedorismo e como este pode ser um instrumento de ressocialização para egressas e pré-egressas do sistema penitenciário.

Maria Rita Michalski é mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável, coordenadora da ITCP-UFPR, um programa de extensão e pesquisa universitária, e *netweavers* do Projeto de extensão Mulheres Empreendedoras e Líderes (MEL).

Introdução: Olá, nós somos Giovanna Eberle e Giovanna Neves, alunas do curso de Gestão e Empreendedorismo da UFPR Setor Litoral. Estamos produzindo o nosso Trabalho de Conclusão de Curso e optamos por realizar um estudo de caso sobre o Projeto MEL. Estamos aqui hoje para conhecer um pouco mais o projeto e o seu trabalho. A entrevista dura em média 60 minutos.

- ☐ Para iniciarmos, você permite que a entrevista seja gravada?

Projeto MEL

- Gostaríamos que você nos contasse sobre a história do Projeto MEL.
- ☐ O que é e como surgiu o Projeto MEL?
- ☐ Quais as principais ações realizadas pelo projeto?
- ☐ Quantas pessoas atuam hoje no Projeto MEL?
- ☐ Qual a importância desse projeto para a Universidade?

- ☐ Além da Universidade, o projeto tem parcerias com instituições públicas ou privadas? Quais?
- ☐ Como surgiu a ideia de trabalhar com as mulheres egressas do sistema prisional do Paraná?

Jornada de Desenvolvimento Pessoal

- Explique para nós o que significa e qual a história da Jornada de Desenvolvimento Pessoal.
- ☐ Como funciona a Jornada de Desenvolvimento Pessoal?
- ☐ Onde geralmente ocorre a Jornada?
- ☐ Na página de vocês tem informações sobre as madrinhas do projeto, o que é ser madrinha do MEL?
- ☐ Como vocês escolhem os temas abordados durante a jornada e as pessoas que irão palestrar?
- ☐ Quando ocorrerá a próxima Jornada de Desenvolvimento Pessoal?
- ☐ Quem poderá participar da Jornada?
- ☐ Qual a principal diferença em trabalhar com as mulheres pré-egressas e as egressas do sistema prisional?
- ☐ Na sua opinião, qual a importância do projeto MEL para essas mulheres?

Empreendedorismo

- **O empreendedorismo está presente desde o nome do projeto, por que vocês decidiram abordar o tema do empreendedorismo com as mulheres egressas?**
- ☐ Como vocês entendem o papel do empreendedorismo?
- ☐ Quais os principais temas abordados relacionados ao empreendedorismo?
- ☐ Na sua opinião, qual a principal dificuldade das mulheres na hora de empreender?
- ☐ Você acredita no empreendedorismo social como um instrumento para a reinserção das mulheres na sociedade? Por quê?
- ☐ Qual seria o papel da economia solidária nesse processo?
- ☐ Após a Jornada, quais ações vocês realizam para reinserir essas mulheres na sociedade e colaborar com seus empreendimentos?

- ☐ Há algum incentivo financeiro do projeto para essas mulheres empreenderem?
- ☐ Dentre as mulheres que já participaram da jornada e continuaram a empreender, qual o principal ramo de atividade exercido?

Finalização

- ☐ Quais as principais dificuldades enfrentadas no projeto?
- ☐ Quais os próximos passos do Projeto MEL?
- ☐ Você pode citar um exemplo de uma mulher que teve sua vida transformada pela Jornada de Desenvolvimento Pessoal e pelo empreendedorismo?
- ☐ Quem você considera importante a gente entrevistar para complementar a nossa pesquisa?

APÊNDICE 4: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A DIRETORA DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (CIS)

Entrevistada: Marilu Katia da Costa, policial penal e diretora do Centro de Integração Social (CIS).

Data e horário: 28/03/2025

Local: Centro de Integração Social - CIS

Perguntas:

- O que a iniciativa MEL representa para o CIS? (O que você acredita que pode proporcionar para as egressas? existem outras iniciativas similares?)
- Por sua experiência com esse público, de que forma projetos ou ações baseadas no empreendedorismo social e na economia solidária podem contribuir para a ressocialização? (Qual a importância do projeto MEL na ressocialização das pré-egressas e egressas na sociedade?)
- Existem observações ou dados sobre o nível de interesse das pré-egressas em projetos relacionados ao desenvolvimento pessoal e capacitação profissional?
- Quais as principais dificuldades encontradas por iniciativas como a do projeto MEL dentro do CIS?

APÊNDICE 5: TRECHO DO CAPÍTULO DO LIVRO REFERENTE AO PROJETO MEL ESCRITO COM A COLABORAÇÃO DAS AUTORAS DO PRESENTE TRABALHO

HISTÓRIA DO MEL

O Projeto Mulheres Empreendedoras e Líderes (MEL) nasceu em 2010, movido pela missão de unir diferentes mulheres e criar uma rede na busca pela tão sonhada equidade de gênero. Surgiu como um espaço de acolhimento, força coletiva e transformação, em um mundo que ainda insiste em desvalorizar e silenciar vozes femininas. Mesmo após alguns anos sem atividades, continuou vivo e latente no coração daquelas que acreditam no seu propósito, então o projeto voltou ativa em 2019 a partir de uma proposta apresentada pela PROEC (Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Paraná) à Maria Rita Michalski, que se tornou coordenadora do projeto, e à professora Maria do Carmo Freitas, docente do curso Gestão da informação, que se tornou vice-coordenadora. Foi o recomeço de uma jornada marcada pela sororidade, coragem, empatia e compromisso com a transformação social, conduzida por mulheres que acreditam no poder da coletividade e da liderança feminina.

Em 2019, o MEL foi registrado como projeto de extensão da universidade, integrado à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP UFPR), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC). A primeira reunião, em 3 de julho de 2019, contou com a participação de vinte mulheres, trazendo com elas histórias, sonhos e desafios. Juntas abriram um espaço de diálogo sobre uma variedade de temas, desde saúde e qualidade de vida até trabalho e negócios.

No início, o projeto contava com a dedicação de voluntárias que durante as reuniões de planejamento, eram convidadas a expor suas vivências e sugerir temas que faziam sentido para o momento em que estavam vivendo. A partir dessas reuniões eram organizados encontros e oficinas, com temas relacionados principalmente a yoga, meditação e visando o desenvolvimento dessas mulheres, com foco na saúde mental, e a criação de uma rede de apoio sólida e afetuosa. Um marco importante dessa trajetória foi o primeiro evento realizado para a comunidade externa à Universidade: Uma oficina de meditação para mulheres, ministrada por

professores do Instituto Nanak Ashram de Kundalini Yoga e Desenvolvimento Integral.

O segundo encontro do MEL foi realizado em parceria com o Programa de Pós-graduação ANE (Alternativas para uma Nova Educação). Aconteceu em um território de saberes ancestrais, na Escola Estadual Indígena Pindoty, localizada na Ilha da Cotinga, em Paranaguá-PR. Ali, mulheres de diferentes mundos se reuniram para conversar sobre o que é ser mulher em contextos tão diversos. Foram realizadas rodas de conversas com as mulheres, com as lideranças indígenas e com médicas sobre a saúde feminina. Um dos temas debatidos foi o envelhecimento e passagem para a vida adulta, a partir do qual foi possível notar os diferentes pontos de vista decorrente da diversidade cultural presente entre as mulheres.

O encontro realizado na Ilha da Cotinga ficou conhecido como MBO'Y (quer dizer proteção, fortalecimento) - um nome que traduz perfeitamente o espírito do encontro — em que o protagonismo feminino indígena foi celebrado, discutido e reconhecido em sua dignidade e potência. O impacto do encontro foi tão grande, que ocorreu novamente, no mesmo ano, na Terra Indígena Mangueirinha na Aldeia Palmeirinha do Iguaçu - Chopinzinho – PR. Tais ações têm sido uma lembrança viva de que o feminismo precisa ser plural, interseccional, e que é urgente reconhecer a luta das mulheres indígenas como parte essencial de qualquer movimento por equidade e justiça. Elas não apenas resistem — reinventam o mundo todos os dias, com seus cantos, seus ritos, suas palavras e sua presença firme, mesmo quando invisibilizadas.

Em 2020, o mundo parou, a sociedade foi atravessada pela pandemia decorrente do vírus coronavírus SARS-CoV-2, tornando necessário o isolamento social para evitar a proliferação da doença, alterando bruscamente o cotidiano das pessoas e nesse cenário de incertezas, medo e solidão, a saúde emocional tornou-se uma urgência silenciosa, especialmente entre aquelas que já viviam múltiplas jornadas, desigualdades e invisibilidades. Neste contexto, as ações do MEL se tornaram ainda mais necessárias, porém, as atividades, antes presenciais, precisavam ser reinventadas. Mas, mesmo em tempos de distanciamento, o MEL conseguiu criar presença.

Contando com o apoio de oito alunos bolsistas, o Projeto se adaptou ao ambiente virtual. De forma remota, conseguiu alcançar centenas de mulheres, foram cerca de 300 inscrições para realizar as meditações *online*, o que buscava combater o mal-estar, a ansiedade e a irritação durante o isolamento social. Neste período, o MEL não apenas ofereceu suporte emocional, mas se tornou espaço de acolhimento, escuta e fortalecimento feminino.

Dentre as inúmeras ações, o Projeto fez parte da gestão do I Seminário Internacional sobre Violência, Tecnologias e Saúde no contexto do Coronavírus (COVID-19), realizado por meio da parceria entre Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade de Málaga (UMA) – Espanha. O objetivo do seminário foi discutir os impactos da pandemia do covid-19 nas questões de violência, saúde, educação e uso da tecnologia para informar e conter o ritmo de contágio no país. A equipe MEL ficou responsável pela criação da identidade visual, plano de marketing, divulgação e transmissão pelo Facebook. O evento durou três dias e ocorreu de forma remota, sendo transmitido ao vivo pelas redes sociais e pela plataforma do YouTube. Foram convidados especialistas de diferentes áreas para falar sobre suas experiências e expertise. O evento abordou temas importantes para a comunidade científica, principalmente no momento pandêmico, e teve um alcance orgânico de pessoas, pela transmissão do Facebook, chegando a 1800 pessoas no primeiro dia.

Após o período pandêmico, foram realizadas várias ações de capacitações e grupos de estudo com as alunas e servidores da UFPR, além da produção de artigos e relatos das ações realizadas pelo projeto. O projeto MEL se adapta de acordo com o público, buscando sempre abordar temas de interesse e que estejam de acordo com as necessidades do grupo de mulheres participantes. Nesse contexto, o MEL também contribuiu com projetos de geração de renda relacionados à Rede Libersol (Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana) e a Associação de Modistas de Curitiba, que possui atuação em Araucária-PR. A ação ocorreu na comunidade Nossa Senhora da Luz, a partir de cursos de modelagem, corte e costura, com certificado. Essas ações, com foco no empreendedorismo social e cooperativismo, visam a geração de renda, tão importante para as mulheres dessa comunidade.

Na década de noventa foi criada por Maria Rita a Jornada de desenvolvimento pessoal como um projeto pessoal alinhado com o seu propósito de vida. Por estar vinculada a UFPR, Maria Rita apresentou a jornada como uma proposta para trabalhar no Hospital de clínicas da UFPR, a primeira edição foi com os próprios colaboradores, com o objetivo de cuidar, fisicamente e emocionalmente, de quem cuida dos outros. Foram realizadas vinte e três jornadas que representaram diferentes experiências, com públicos diferentes, focadas sempre no desenvolvimento humano, mas com as atividades adaptadas de acordo com os participantes.

Em 2021, durante uma reunião em que Maria Rita apresentava a Jornada de desenvolvimento pessoal, estava presente a Marilu, na época diretora do Departamento penitenciário escritório social. A diretora, defensora da humanização nas relações com egressas e pré-egressas, se encantou com o propósito da jornada e logo surgiu a ideia de realizar uma edição para mulheres egressas do sistema penitenciário. Maria Rita propôs então mais uma adaptação da Jornada de desenvolvimento pessoal, visando o desenvolvimento integral dessas mulheres, com atividades voltadas às necessidades delas, incluindo oficinas de geração de renda ao final. Esse foi o marco inicial da história da Jornada de desenvolvimento pessoal em conjunto com o projeto MEL.

O Projeto MEL se destaca pela pluralidade das suas ações, pelo compartilhamento de experiências entre diferentes mulheres e pela liberdade de temas que são trabalhados. O apoio às mulheres que exercem papéis de liderança e a criação de uma rede de apoio entre elas ajuda a fortalecer a posição da mulher como líder na sociedade. As ações realizadas com mulheres em vulnerabilidade buscam combater um estigma de desigualdades, exclusão e abandono, procuram acolher, prestar apoio emocional e apresentar alternativas de geração de renda, visando um futuro diferente. Ao reunir diferentes mulheres, com inúmeras histórias de vida, diferentes profissões e de distintos contextos sociais, o MEL torna-se uma ponte para uma sociedade mais justa, mais igualitária e acolhedora. Torna-se, assim, uma inspiração ao demonstrar caminhos para a mudança.

APÊNDICE 6: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - COORDENADORA DO PROJETO MEL.



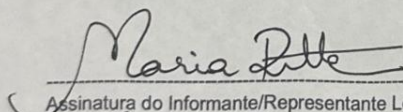
Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral

UFPR
Litoral
Educação é a nossa praia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Estudo de caso do Projeto Mulheres Empreendedoras e Líderes (MEL) é uma pesquisa que está sendo desenvolvida pelas discentes do curso Gestão e Empreendedorismo, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Giovanna Eberle Biscotto e Giovanna Zela das Neves, sob a orientação da professora Dra. Cinthia Maria de Sena Abrahão. O objetivo principal da pesquisa é compreender como o empreendedorismo pode contribuir com a ressocialização de egressas e pré-egressas do sistema penitenciário. As informações obtidas serão prestadas voluntariamente e os informantes terão sua identidade preservada. No caso de entrevistas cuja natureza demande a identificação do respondente, essa será precedida de uma autorização formal do mesmo para publicação de seu nome ou denominação de organizações ou empreendimentos sob sua responsabilidade. O informante poderá recusar-se a responder qualquer pergunta que ocasione constrangimento ou não lhe pareça apropriada. O presente termo também autoriza a reprodução e publicação, mediante indicação de fonte, de fotografias, imagens e outros documentos do acervo do respondente que eventualmente sejam disponibilizadas aos pesquisadores. Não há despesas pessoais para o respondente e também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, será absorvida pelo orçamento da pesquisa. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com os responsáveis, que podem ser encontrados no Setor Litoral da UFPR, no seguinte endereço: Rua Jaguariaíva, 512, Bairro de Caiobá, Matinhos – PR, Fone (41) 3511-8300 ou (41) 98510-9070. Foram elaboradas duas vias deste Termo, sendo que uma ficará com o respondente e a outra ficará nos arquivos da pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o referido estudo. Eu discuti com o Pesquisador Responsável sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízos de qualquer espécie.


Assinatura do Informante/Representante Legal
Data 28/03/2025

(Somente para o responsável do projeto)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste informante ou representante legal para a participação neste estudo.

APÊNDICE 7: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - DIRETORA DO CIS.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral

UFPR
Litoral
Educação é o nosso praio

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Estudo de caso do Projeto Mulheres Empreendedoras e Líderes (MEL) é uma pesquisa que está sendo desenvolvida pelas discentes do curso Gestão e Empreendedorismo, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Giovanna Eberle Biscotto e Giovanna Zela das Neves, sob a orientação da professora Dra. Cinthia Maria de Sena Abrahão. O objetivo principal da pesquisa é compreender como o empreendedorismo pode contribuir com a ressocialização de egressas e pré-egressas do sistema penitenciário. As informações obtidas serão prestadas voluntariamente e os informantes terão sua identidade preservada. No caso de entrevistas cuja natureza demande a identificação do respondente, essa será precedida de uma autorização formal do mesmo para publicação de seu nome ou denominação de organizações ou empreendimentos sob sua responsabilidade. O informante poderá recusar-se a responder qualquer pergunta que ocasione constrangimento ou não lhe pareça apropriada. O presente termo também autoriza a reprodução e publicação, mediante indicação de fonte, de fotografias, imagens e outros documentos do acervo do respondente que eventualmente sejam disponibilizadas aos pesquisadores. Não há despesas pessoais para o respondente e também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, será absorvida pelo orçamento da pesquisa. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com os responsáveis, que podem ser encontrados no Setor Litoral da UFPR, no seguinte endereço: Rua Jaguariaíva, 512, Bairro de Caiobá, Matinhos – PR, Fone (41) 3511-8300 ou (41) 98510-9070. Foram elaboradas duas vias deste Termo, sendo que uma ficará com o respondente e a outra ficará nos arquivos da pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o referido estudo. Eu discuti com o Pesquisador Responsável sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízos de qualquer espécie.

Assinatura do Informante/Representante Legal

Data 28/03/2025.

(Somente para o responsável do projeto)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste informante ou representante legal para a participação neste estudo.